POLITICAS DE LAZER E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.

DENISE ROSA XAVIER

"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais".

Orientador: Dr. Marcos A.Pedlowski

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Fevereiro-2004

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF** 001/2004

Xavier, Denise Rosa

Políticas de lazer e segregação socioespacial: o caso de Campos dos Goytacazes. /Denise Rosa Xavier. – 2004.
105 f. il

Orientador: Marcos Antonio Pedlowski.
Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2004.
Bibliografia: f. 85-94.

1. Lazer – Campos dos Goytacazes (cidade) 2. Grupos locais – sociologia 3. Políticas públicas 4. Planejamento urbano. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 306.4812

POLITICAS DE LAZER E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.

DENISE ROSA XAVIER

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 18/02/2004

Comissão Examinadora:

Prof. Ricardo Figueiredo de Lucena (Doutor, Educação Física)
Universidade Estadual de Campinas- (Unicamp)

Prof ª . Teresa de Jesus Peixoto Faria (Doutora, Estudos Urbanos)
École des Hautes Études em Sciences Sociales

Prof. Marcelo Carlos Gantos (Doutor, História)
Universidade Federal Fluminense – (UFF)

Prof. Marcos A. Pedlowski (Doutor Planejamento Ambiental)
Virginia Polytechnic Institute and State University
Orientador

Ao meu saudoso pai...

Agradecimentos

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho gostaria de agradecer sinceramente. E em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Pedlowski, que me proporcionou todo o apoio e segurança na execução deste trabalho, não me deixando esmorecer nas horas de desânimo.

A Professora Dra. Tereza Peixoto, por estar contribuindo com esta dissertação desde a defesa de projeto.

Ao Professor Dr. Arno Vogel por sua valiosa participação na banca de defesa de projeto.

Ao Professor Dr. Carlos Henrique, pela profícua participação na pré-banca.

Ao Professor Dr. Marcelo Gantos, por me acompanhar desde a pré-banca até a defesa desta dissertação.

Ao Professor Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena, por sua amizade e críticas sinceras que contribuíram na elaboração deste trabalho.

A professora Dra. Adélia Miglievich, por ter servido, com sua conhecida dedicação ao papel de revisora desta tese.

Agradeço também a meus familiares, que com seu carinho e confiança, me estimularam a prosseguir firme. A meu companheiro Tarso, pelo suporte emocional e a meus filhos, Gabriel e Henrique, por serem a razão de todo o trabalho.

A minha secretária Ana Paula, que sempre esteve presente junto a meus filhos quando da minha ausência.

A meus amigos do LEEA/CCH: Sílvia, Gisele, Bonnie e Jefferson pelo apoio recebido em várias etapas do trabalho.

Ao meu amigo Miguel Mazissa Zinga, por sua preciosa ajuda e companhia nas longas horas de trabalho passadas no LEEA.

Ao meu amigo Leonardo de Souza Cavadas, por me socorrer sempre que precisei de apoio técnico em informática.

A Viviane e ao Geraldo, da Secretaria da Pós Graduação, que sempre estiveram ao meu lado, com carinho e amizade, nas horas de desânimo e fraqueza.

Sumário

Lista de Figuras..... X

Lista de Tabelas..... XI

Resumo..... XII

Abstract..... XIII

Introdução..... 06

1. O Lazer: Origens históricas e principais considerações teóricas

1.1. Lazer: A construção social do lazer e suas apropriações históricas 06

1.2. As definições teóricas do lazer 11

1.2.1 Lazer, Trabalho e Controle 12

1.2.2. Lazer, Cidadania e Transformação Social..... 15

1.3. Políticas públicas de lazer: Entre o discurso e a prática..... 17

1.3.1. As Políticas públicas de esporte e lazer e o estado de bem estar social no contexto do modelo neoliberal 18

1.4. Síntese e conclusão..... 21

2. Conceituando o espaço urbano

2.1. A cidade industrial e a gênese do urbanismo 24

2.2. Teorias de análise do espaço urbano..... 31

2.3. A cidade global e amenidades urbanas 34

2.4.A formação do espaço urbano do município de Campos dos Goytacazes..... 37

3. Metodologia

3.1. O cenário da pesquisa..... 43

3.1.2. O contexto municipal..... 46

3.2. A população amostrada..... 47

3.3. Estratégia de coleta de dados..... 48

3.3.1. Questionários..... 48

3.3.2. Entrevistas com informantes principais..... 48

3.3.3. Coleta de dados secundários..... 49

3.4. Procedimentos analíticos..... 50

3.4.1. Questionários..... 50

3.4.2. Entrevistas com informantes principais..... 50

4. Análise e discussão dos resultados

4.1. Apresentação dos resultados..... 52

4.1.1. Caracterização dos locais de pesquisa..... 52

4.1.2 Perfil socioeconômico da população amostrada..... 53

4.1.3. Origem espacial dos entrevistados..... 57

4.1.4. O conceito de lazer e a população amostrada 61

4.1.5. Estabelecendo relações entre localização socioespacial e níveis de acessibilidade..... 64

4.1.6.O conceito de lazer e o poder público..... 73

Conclusões..... 80

Referências Bibliográficas..... 83

Anexos 93

Anexo 1 - Questionário aplicado a amostra..... 93

Anexo 2 - Relação de locais com potencial de lazer no município de Campos dos Goytacazes..... 98

Lista de Figuras

Figura 1 Teoria dos Imãs de Ebenezer Howard..... 27

Figura 2 Vista das Instalações do Jardim São Benedito..... 43

Figura 3 Localização do Jardim São Benedito..... 44

Figura 4 Localização do Lagamar 45

Figura 5 Vista Aérea do Lagamar, mostrando a infraestrutura construída pela PMCG 45
.

Figura 6 Gráfico de Renda Média por local de entrevista..... 54

Figura 7 Mapa de bairros do município de Campos dos Goytacazes..... 60

Figura 8 Horas semanais gastas com lazer pelo entrevistado..... 63

Figura 9 Forma de acesso ao local de entrevista..... 64

Figura10 Satisfação quanto ao acesso em relação a forma de acesso..... 65

Figura 11 Foto da praça existente no Parque Tarcísio Miranda 70

Lista de Tabelas

Tabela 1	Grau de instrução da amostra por local de entrevista.....	55
Tabela 2	Faixa etária da amostra por local de entrevista.....	55
Tabela 3	Indivíduos trabalhadores/horas de trabalho semanais.....	56
Tabela 4	Indivíduos não trabalhadores por local de entrevista.....	57
Tabela 5	Bairros de origem dos entrevistados por local de entrevista.....	58
Tabela 6	Relação de bairros com valor de m^2	59
Tabela 7	Caracterização e especificação das funções do lazer.....	62
Tabela 8	Satisfação quanto ao acesso em relação à frequência ao local de entrevista.....	66
Tabela 9	Satisfação quanto a oferta de lazer pela prefeitura.....	67
Tabela 10	Satisfação quanto ao espaço de lazer existente no bairro do entrevistado.	67
Tabela 11	Tipo de espaço de lazer existente no bairro do entrevistado.....	68
Tabela 12	Tipo de espaço público de lazer desejado pelo entrevistado.....	69
Tabela 13	Disposição de dispêndio próprio com lazer em relação à demanda de disponibilização de recursos públicos.....	70
Tabela 14	Percepção sobre a oferta equitativa de lazer pelo poder público.....	71
Tabela 15	Grau de satisfação quanto ao uso do dinheiro público em lazer.....	72
Tabela 16	Evolução do orçamento municipal do município de Campos dos Goytacazes no período 1999-2002.....	74
Tabela 17	Recursos destinados a promoção e realização de eventos.....	75
Tabela 18	Recursos destinados ao do esporte.....	75

POLITICAS DE LAZER E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:
O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.

Denise Rosa Xavier
Orientador: Dr. Marcos A. Pedlowski

RESUMO

O lazer apresenta-se como um fenômeno tipicamente urbano e historicamente construído no processo da Revolução Industrial. Além disso, é visto como um dos indicadores da qualidade de vida dos habitantes das cidades e a sua adequada distribuição é fundamental para minimizar os efeitos da organização urbana. Este trabalho objetivou analisar a existência de uma possível relação entre a distribuição espacial das atividades de lazer fornecidas pelo poder público municipal e o nível de acessibilidade experimentado pela população do município de Campos dos Goytacazes. Para alcançar este objetivo, este trabalho buscou avaliar o nível de acesso ao lazer ensejado por diferentes segmentos sociais através de aplicação de questionários a indivíduos frequentadores dos espaços de lazer pesquisados e da análise da política de lazer implementada pela prefeitura de Campos dos Goytacazes. Os resultados do estudo indicam que a localização socioespacial não foi determinante na percepção de acessibilidade por parte da população pesquisada às atividades emanadas do poder público municipal. Contudo, o grau de satisfação com a oferta de lazer nos bairros, assim como com a qualidade e quantidade destes espaços, apresentou um alto grau de reprovação, o que aponta para uma tensão prática entre a opção pela implementação de atividades com alto custo e a falta de investimentos na criação de espaços de lazer nos locais próximos às moradias. Em suma, os resultados deste estudo reforçam a necessidade da formulação de políticas de lazer que se insiram no processo de democratização do espaço urbano a partir dos locais de moradia, evitando a fórmula do lazer em áreas especiais cuja natureza efêmera tende a reforçar os padrões de segregação existentes.

Palavras Chaves:1. Lazer 2. Segregação Socioespacial 3. Políticas Públicas 4. Planejamento Urbano 5. Democratização

LEISURE POLICIES AND SOCIO-SPACE SEGREGATION: THE CASE OF CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.

Denise Rosa Xavier
Advisor: Dr. Marcos A. Pedlowski

ABSTRACT

Leisure is historically an urban phenomenon, which was produced by the Industrial Revolution. Moreover, leisure is also seen as indicator of life quality in the city and its adequate distribution would be fundamental to minimize the possible defects of the urban organization. This study was aimed at analyzing the possible relationship between the spatial distribution of leisure services and the access perceived by the population in the municipality of Campos dos Goytacazes according to wealth. In order to verify this relationship, this study evaluated the level of accessibility perceived by individuals with distinct wealth conditions in activities provided by the municipality of Campos dos Goytacazes. My results indicate that sociospatial patterns were not determinant in the perception of accessibility to leisure activities provided by the city government by the population. However, the degree of dissatisfaction shown in relation to leisure equipments available in neighborhoods with different wealth levels indicate the existence of a practical tension between the implementation of highly costly centralized activities and the lack of leisure spaces at the local level. In summary, my results reinforce the need for public policies that enhance the democratization of the urban space.

Keywords: 1. Leisure 2.Socio-spatial segregation, 3. Public Policies, 4. Urban Planning,5.Democratization

INTRODUÇÃO

O lazer apresenta-se como um fenômeno tipicamente urbano, historicamente construído no processo de industrialização e com seus significados e funções modificados no decorrer da história. Além disso, estabelece relações com diversas esferas da vida humana como o trabalho, a família ou a escola, sendo produto, também, da estrutura econômica vigente, dos arranjos políticos estabelecidos e da organização do espaço físico e social de uma cidade (Marcellino, 1996). O tema deste estudo se insere nesta relação do lazer com o espaço urbano socialmente organizado da cidade de Campos dos Goytacazes. A partir de um olhar sobre a atuação do poder público na distribuição do lazer, no município de Campos, procurou-se determinar o nível de influência da localização deste lazer na acessibilidade percebida pela população. Além disso, o esforço neste estudo foi direcionado para a busca do entendimento do fenômeno do lazer a partir da cidade, espacialmente organizada em função das diferentes classes sociais que a compõem e onde as relações estabelecidas com o que se convencionou chamar de lazer apresentam-se de forma conflituosa.

Este conflito se dá pelo fato de que o crescimento desordenado das cidades e a transformação do espaço em bem econômico, marcadamente nos países considerados subdesenvolvidos, resultaram na expulsão das camadas menos favorecidas da população para áreas periféricas. A combinação destes fatos resultou na concentração espacial da pobreza e, por outro lado, na criação de locais fortemente privilegiados social e economicamente. Assim, a cidade moderna é marcada pelo surgimento de áreas onde se têm todos os serviços públicos disponíveis, mas também por outras, onde a escassez de serviços essenciais é lugar-comum (Maricato, 2001). A tendência é a formação de áreas uniformes em termos de renda, cultura, valores e, sobretudo, em termos de papéis a serem cumpridos na sociedade. Neste sentido, a configuração socioespacial das cidades favorece a segregação espacial, à medida que demarca os espaços com base no status socioeconômico e excluindo parcelas da população do usufruto de bens públicos, tornando-se um obstáculo para a apropriação democrática do lazer por todas as classes sociais (Correa, 1995).

É neste âmbito que Maricato (2001) caracteriza a segregação como sendo uma das faces mais importantes da exclusão social:

> À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos somam-se menores oportunidades de emprego, menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência, discriminação racial, discriminação de gênero e idade, difícil acesso à justiça oficial e difícil acesso ao lazer(p. 04).

Deste modo, a segregação urbana se caracteriza não apenas como um produto da desigualdade social, mas também um dos seus motores. Assim, todos os obstáculos que são gerados pela desigualdade social acabam por reforçar e produzir mais desigualdades, formando um círculo vicioso. Neste processo de diferenciação social, onde as necessidades das populações carentes são urgentes e relacionadas à própria sobrevivência, a possibilidade de um lazer vivenciado aparece em último plano na hierarquização destas necessidades. O poder público, quando atenta para a questão do lazer tende a privilegiar o "lazer de massas", isto é, o "lazer espetáculo", na forma de shows e eventos esportivos, ratificando esta desqualificação atribuída ao lazer pela população.

Por outro lado, a segregação urbana também contribui para o isolamento urbano, seja nas áreas centrais com alto grau de qualidade de vida ou nos bairros da periferia com suas carências de serviços públicos. A sensação de insegurança nos espaços públicos ou ainda a falta destes mesmos espaços contribuem para o confinamento dos indivíduos em suas residências. Esta situação gera uma contradição fundamental, pois o que distingue o lazer das demais atividades humanas é justamente o grau de decisão do próprio individuo em relação à escolha de atividades que deseja realizar. De acordo com Elias e Dunning (1992), nas atividades de lazer há um maior grau de busca de satisfação pessoal do que em outras esferas da vida humana. Assim, se o individuo é limitado espacialmente, seja por motivos econômicos ou por falta de opções seguras de espaços de lazer, esta escolha já está pré-determinada afetando as diferentes camadas sociais de maneiras distintas: o individuo morador de favela, com espaço exíguo tanto em termos de área construída como de quintais ou espaços públicos apropriados, certamente será mais afetado que aquele que possua em sua residência um mínimo

de espaço e equipamentos para o seu lazer pessoal. Neste sentido, fica evidente que as relações sociais, os aspectos econômicos e políticos, além de uma série de outros fatores – como sexo, idade ou religião – limitam as opções de lazer as quais se tem acesso, determinando, desta forma, as escolhas "individuais" onde os segmentos que podem garantir seus próprios meios de acesso ao lazer não sentirão falta dos espaços públicos – embora também tenham perdas no que diz respeito às relações sociais – e os segmentos marginalizados economicamente sentem-se asfixiados pela ausência de tais espaços, com consequente perda na sua qualidade de vida (Rolnik, 2000).

Para Marcellino (2003), estas variáveis formam um todo inibidor quer em termos de quantidade e, principalmente, de qualidade do lazer almejado e afirma que o poder econômico é determinante tanto na escolha quanto nas opções de lazer. De forma similar, Santos (1987) sugere que aquele que não pode pagar pelo seu lazer é excluído da fruição desses espaços, numa sociedade onde o lazer é m produto e o cidadão mero consumidor. Neste contexto, o papel do poder público torna-se extremamente importante no gerenciamento dos espaços públicos e no fornecimento do lazer para toda a população, a fim de amenizar esta limitação de opções de lazer existentes em função do fator econômico. Entretanto, Pellegrini (1996) afirma que o poder municipal normalmente trata a questão do espaço, em especial do espaço do lazer, de acordo com a lógica do mercado e da especulação imobiliária, onde a submissão aos interesses destes agentes acaba por dificultar o acesso da população de baixa renda ao lazer, legitimando o controle externo da utilização dos espaços públicos por uma parcela da população privilegiada economicamente.

A partir do entendimento de que o lazer compõe um dos aspectos mais expressivos da atual conformação política, social e cultural da cidade capitalista, a presente dissertação teve o objetivo de analisar o lazer a partir de sua distribuição e localização espacial no município de Campos dos Goytacazes, analisando ainda o papel do poder público de principal fornecedor deste serviço à população. Para orientar o desenvolvimento deste estudo foram estabelecidas as seguintes questões:

- Existe uma relação entre a localização socioespacial do lazer e os diferentes níveis de acessibilidade a ele por parte da população do município de Campos dos Goytacazes?

- Qual o entendimento de lazer presente na administração publica municipal e como isto se reflete na oferta de lazer no município de Campos do Goytacazes?

Para responder a estas questões, dividi esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro capítulo, faço uma análise do lazer enquanto cultura humana *historicamente construída*[1], buscando estabelecer um quadro de evolução do conceito de lazer dos primórdios da civilização até os dias atuais, com base numa revisão bibliográfica de autores consideradas relevantes para o tema. Um outro aspecto abordado foi o do lazer enquanto política social. Um dos objetivos deste capítulo foi buscar o entendimento das concepções teóricas que permeiam o discurso e a prática nas políticas públicas de lazer no Brasil.

No segundo capítulo, discuto o espaço urbano a partir das teorias urbanas que surgem para sanar os problemas oriundos da cidade industrial. Também neste capítulo, descrevi a cidade de Campos dos Goytacazes, destacando os elementos históricos, físicos e ambientais que determinaram a sua atual configuração e os planos urbanísticos implementados pelo poder público de 1900 até os dias atuais.

No terceiro capítulo abordo a metodologia empregada na obtenção dos dados, assim como quais os procedimentos de análise e tratamento destes dados. Esta pesquisa centrou-se no estudo de caso, onde foi utilizado o método da triangulação, que combina técnicas qualitativas e quantitativas.

No quarto capítulo, faço a descrição e a análise dos dados, caracterizando os locais da pesquisa e traçando o perfil socioeconômico da amostra. Além disso, neste capítulo discuti os níveis de acessibilidade aferidos e as relações estabelecidas com a localização socioespacial do lazer.

---

1 Marcellino, N.C.(1996)

Finalmente, apresento minhas conclusões onde procuro destacar os aspectos mais importantes de todo o trabalho, partindo do pressuposto de que a cidade organizada nos moldes das cidades globais[2], é geradora de exclusão social e o poder de consumo do individuo determina a sua posição na sociedade, vinculando o lazer ao poder econômico e excluindo boa parte da população de sua prática.

2 Segundo Sassem (1991) a expressão cidade global, embora criada para designar cidades de controle global dos mercados financeiros como Londres, Nova York e Tóquio, generalizou-se como uma nova onda urbana.

CAPÍTULO 1. O LAZER: ORIGENS HISTÓRICAS E PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Pensar o lazer como objeto de estudo requer considerar suas múltiplas faces e interfaces, buscando compreendê-lo como uma construção social que se apresenta com funções e significados diferentes, de acordo com uma dada época histórica. Na busca da compreensão deste fenômeno encontram-se diferentes vertentes que explicam a origem do lazer moderno.

Para este estudo, optou-se por fazer uma trajetória histórica do lazer mostrando que as suas transformações acompanham as transformações sociais, politicas e econômicas que ocorreram na sociedade. Deste modo, este capítulo está dividido em três partes. A primeira parte tratou da sua construção histórica, situando os momentos em que o lazer se transforma em ação oposta, e posteriormente, em ação complementar ao trabalho. Na segunda parte, fez-se uma breve análise sobre as diferentes concepções teóricas sobre o lazer, dando ênfase às visões funcional-utilitarista e político-social. A terceira parte se concentrou na discussão sobre as Políticas Sociais dentro do contexto do chamado Estado Neoliberal.

1.1. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO LAZER E SUAS APROPRIAÇÕES HISTÓRICAS

Desde os primórdios, a vida dos homens e mulheres já apresentava um caráter lúdico, através de atividades representativas da própria vida como as danças e jogos que, além de servirem para a manutenção das tradições culturais dentro de um processo de produção e reprodução social, também eram formas de divertimento social. Crespo (1987) afirma que

> A descoberta de múltiplos traços da existência de grupos humanos mostra que as atividades lúdicas sempre constituíram uma parte integrante da vida dos homens a satisfação das necessidades elementares e as praticas religiosas formavam uma unidade coerente, tornando-se difícil separar o trabalho, a religião e o divertimento (p. 01).

Para Gebara (1997) as civilizações antigas não tinham um nome para lazer no sentido que o entendemos hoje. As primeiras referências ao lazer, embora sem uma relação direta com a ideia de tempo livre, surgiu a partir da Grécia Antiga. Entretanto, pode-se dizer que havia entre os gregos dois tipos de lazer, os quais aconteciam de acordo com as classes sociais. O primeiro tipo era denominado ócio e era considerado um estado ou uma condição de elevação espiritual, sendo fundamental para se atingir o ideal de sabedoria cultuado pelos filósofos da época. O ócio estava destinado àqueles que possuíam riquezas e status (Moraes, 2000). Dentro do outro tipo de lazer estavam os jogos, as lutas, as festas que aconteciam amiúde entre aqueles das classes trabalhadoras. Moraes sugere que os divertimentos e recreios não se enquadravam no conceito de ócio vivenciado pelos gregos, mas eram meios necessários para conduzir o individuo às atividades de trabalho, ou ainda, como uma forma de preenchimento de tempo para aqueles que não possuíam a necessidade de trabalhar. E isto era possível porque o trabalho era feito por escravos[3] e homens pobres. Aos homens livres, e de posse, cabia o ócio enquanto busca de sabedoria. Para Aristóteles, o ócio possuía um prazer e uma felicidade intrínseca, já a diversão produzia uma agradável liberação do cansaço, a qual não pode ser confundida com felicidade e diz que trabalhar para divertir-se é tolo e infantil (Bruhns, 2002). Os gregos clássicos almejavam a sabedoria e para tal era necessário o ócio, sendo este sustentado pela escravidão. Os escravos estavam atados ao trabalho, assim como o homem livre pobre.

De acordo com Sylvester (1999) a concepção de lazer dos gregos, neste caso, era tanto um ideal cultural, quanto um preconceito de classe. O lazer almejado pelos cidadãos gregos era o ócio e apresentava-se como um ideal cultural na medida em que se expressava como um estado da alma, um meio para se atingir a plenitude do espírito; e um preconceito de classe já que era recomendado apenas aos homens livres. Sylvester (1999) afirma ainda que o ideal de lazer para os gregos era um ideal aristocrático que remonta ao período homérico e sendo formulada por aristocratas, entretanto, este ideal continha um desdém pelo trabalho, tratando-o como um obstáculo para a liberdade, a boa vida e a cidadania.

---

3 De Masi(2000)coloca que na Atenas de Péricles existiam 40.000 homens livres,20.000 estrangeiros e 350.000 escravos, ou seja, uma média de oito escravos para cada homem livre.

Esta filosofia de vida influenciou diretamente na concepção de lazer dos romanos que consideravam o trabalho como algo desagradável, feito por necessidade ou como castigo imposto, sendo o corpo usado como instrumento de punição.

Para a grande massa da população as atividades de lazer se resumiam, então, a festividades e comemorações de guerra. Assim, o lazer se traduzia pelo conceito de descanso e diversão necessários para a preservação das condições de trabalho, além de contribuir para a alienação no que dizia respeito às condições de vida da população mais pobre. Este período, que dura até 476 d.C., caracterizou-se, então, por um ambiente de "pão e circo", onde os governantes distribuíam trigo para a população pobre e promoviam espetáculos de lutas entre gladiadores e feras. Desse modo, os governantes procuravam controlar a inquietação reinante e a insatisfação contra o sistema político vigente, marcado pela corrupção, perversão e declínio (Moraes, 2000). Sennet (2003) coloca que, além disso, estes espetáculos serviam para acostumar o povo à carnificina necessária a conquista imperial e que

> Os anfiteatros romanos tinham forma circular ou oval, fechada. A esses vastos espaços, durante séculos, os romanos acorreram para assistir às lutas mortais entre gladiadores e deleitar-se com leões, ursos e elefantes, que se estraçalhavam, ou devoraram homens e mulheres indefesos…O espetáculo também incluía criminosos, desertores e hereges, torturados, crucificados ou queimados vivos. (p.90)

O advento do cristianismo conferiu um novo valor espiritual a dor, a subjugação do corpo ao sofrimento físico e, consequentemente, negando a este corpo todo e qualquer tipo de prazer e, a partir da Era Medieval, a preocupação do homem centrou-se na salvação da alma e a contemplação transformou-se na busca pelo divino, dado o caráter teocêntrico da época (Moraes 2000; Tojeras 2000; Bruhns 1993). O ócio perdeu, então, a sua condição de instrumento de preparação para o trabalho ou de elevação da alma e passou a ser visto como algo de onde surgiam todos os vícios. A partir da Reforma Protestante, liderada por Lutero, houve uma mudança nas crenças e atitudes surgindo, assim, um novo modo de pensar baseado no individualismo e no valor moral do trabalho. O ócio, então, passou a ser considerado como algo prejudicial e impróprio para os homens de bem, a partir das

normas de comportamento[4] da ética protestante, que levaria a uma valorização do trabalho e a uma condenação do ócio (Alvarez,2002).

Uma transformação ainda mais marcante deu-se com a passagem para a sociedade industrial, no século XVIII, com o surgimento de uma nova visão a respeito do tempo, que deixa de ser cíclico para se tomar um tempo mecânico, regido pelo relógio máquina. A partir desse momento, o tempo passou a ser medido, compartimentado e regulado. Assim, se as sociedades arcaicas e pré-industriais eram regidas pelos ritos mesclando trabalho, festas e jogos em acordo com as estações do ano, nas sociedades industriais estas atividades não foram mais determinadas pelo ritmo da natureza mas, pelo tempo mecânico. Dumazedier(1974) chama esta nova fase de a “não ritualização das atividades sociais impostas pela comunidade”. Assim algumas ações humanas se desprenderiam de todo um processo de determinação coletiva, de mistificação natural e espontânea, tornando-se mecanizadas e reguladas pelo capital.

Em síntese, ainda que existam registros de atividades que possam lembrar as atividades de lazer na Grécia Antiga; o lazer na modernidade está vinculado à questão do trabalho e ao tempo livre tendo seu surgimento, enquanto conceito teórico, remetido ao final do século XIX. O lazer está então intimamente ligado ao surgimento da Sociedade Industrial, a partir da separação dos espaços de trabalho dos espaços familiares, em função da especialização do trabalho. Segundo Kurz (2000), em princípio, este tempo tinha por função apenas regenerar as forças de trabalho tendo em vista a própria finalidade capitalista em si. Ao final do século XIX, quando os operários conquistaram a redução de sua jornada de trabalho semanal e a expressão “tempo livre” surgiu na história da Humanidade, foi que o lazer passou a ter o sentido social contemporâneo. Além disso, foi apenas no século XX, que o trabalhador das fábricas passa a ter reconhecido o seu direito a um tempo de lazer. Hazin (1999) afirma que somente após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1948, com a Declaração dos Direitos do Homem, proclamada pelas Nações Unidas, que o direito ao lazer foi reconhecido passando a ter uma conotação de compensação do árduo período de trabalho.

4 As normas de comportamento, segundo a ética protestante eram: diligência, temperança, parcimônia, reserva, afastamento dos prazeres da carne e poupança (Weber, 1987).

Ao longo do século XX, as inovações tecnológicas foram se tornando intensas, trazendo inúmeras modificações nas relações de produção, e progressivamente, uma tendência mundial de redução na jornada de trabalho. No Brasil, a luta pela ampliação do tempo livre remonta às primeiras greves operárias, tendo por marco o movimento grevista de 1917 em São Paulo. O governo Getúlio Vargas, na década de 30 – com a Consolidação das Leis do Trabalho - institucionalizou a jornada semanal máxima de 48 horas. A Constituição de 1988 assegurou a jornada máxima de 44 horas. Segundo Hazin (1999) apenas no Brasil, a carga horária de trabalho caiu 30% entre 1913 e 1996. Entretanto, este ganho de tempo, o chamado tempo livre, foi apropriado pelo capital que o transformou em espaço funcional secundário do próprio capital sendo ocupado pela indústria cultural, impedindo a fruição autônoma deste tempo pelo individuo (Kurz, 2000).

Dentro desta visão, comprometida com o mercado, onde a indústria cultural se impõe como o lazer necessário e acessível a todos, desde que se possa pagar por ele, uma distinção que se deve fazer é entre cultura popular e cultura de massa. Uma das características marcantes da cultura popular é o fato desta se constituir num conjunto de práticas dotadas de uma lógica própria, enquanto que a cultura de massa se apresenta como uma estrutura totalizante, fundada no consumo padronizado, não gozando de autonomia. A cultura popular baseia-se na produção definida local e temporalmente pelos sujeitos. Já a cultura de massa tem por base fundamental o consumo (Werneck e Isayama,2001).

Assim, o elemento principal característico à inserção do lazer na economia capitalista refere-se ao processo de transformação do lazer em bem de consumo e do cidadão em consumidor. Segundo Werneck e Isayama (2001) o consumo, dimensão marcante do século XX, definiu novos contornos e determinações para o lazer. O que reflete a mercantilização das relações na sociedade globalizada, gerando o individualismo consumidor, a competitividade reinante: causa e consequência do lazer controlado, arregimentado, normatizado, monitorado, mediocrizado.

Também a cidadania passou a ter como referência à capacidade de consumo do individuo, numa sociedade onde a tendência predominante é a privatização de

todos os espaços, tornando-os produtos de mercado. Como resultado deste processo de privatização dos espaços públicos, a indústria do lazer e entretenimento foi uma das que mais cresceu nas últimas décadas. Neste aspecto, dois pontos são destacados no processo de apropriação do lazer: um econômico, na medida em que se considera a atividade de lazer como uma exigência do capital, ressaltando os aspectos funcionais, compensatórios e de mercado. E outro, de natureza política, sob o ponto de vista da alienação, onde o lazer é utilizado para exercer o controle social, buscando enquadrar os indivíduos nas regras do jogo capitalista.

Contudo, mesmo vinculado ao trabalho e ao mercado, o fenômeno do lazer entra no século XXI como um desejo de consumo não acessível a todos os membros da sociedade capitalista que não foi capaz de transformar as novas relações produtivas em mais lazer para todos. Deste modo, sinaliza para a necessidade da reformulação de seus conceitos, a fim de oferecer uma maior universalização do acesso ao lazer, como prevê a noção de “cidadania universal”, em voga nos regimes políticos democráticos.

1.2. AS DEFINIÇÕES TEÓRICAS DO LAZER

O conceito de lazer engloba uma gama variada de significados, que sofrem múltiplas influências, que vão desde elementos geográficos ou culturais a conceitos pessoais e ideológicos. O resultado é que as abordagens e relações socioeconômicas e políticas em relação ao papel do lazer são variadas. Para este estudo, no entanto, trabalharemos com duas abordagens antagônicas: a primeira diz respeito à função do lazer dentro de uma sociedade marcada pelo trabalho produtivo, enquanto que a segunda se concentra na discussão do papel político-social do lazer. A escolha destas duas abordagens justifica-se pelo fato de que, dentro do contexto das políticas sociais, são visões que permeiam a prática e o discurso dos atores envolvidos no processo.

1.2.1. Lazer, Trabalho e Controle

A abordagem utilitarista coloca o lazer com o objetivo primeiro de manter a saúde social através da reposição das forças produtivas tratando o lazer como acessório do trabalho, na medida em que sua existência se justifica pela necessidade de se ter trabalhadores física e mentalmente saudáveis para servir o sistema produtivo. Além disso, o caráter compensatório teria a finalidade de ajudar os trabalhadores a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social (Requixa, 1980).

Marcelino (2003), afirma que esta visão traz em si um conteúdo altamente conservador concebendo o homem como simples desempenhador de papéis, em função da manutenção do sistema vigente. Pode-se citar, neste contexto, Joffre Dumazedier (1974), que atribui ao lazer três possibilidades: a de descanso, a de diversão e a de desenvolvimento da personalidade individual.

Para Dumazedier (1974),o lazer

> É um conjunto de ocupações às quais o individuo pode se entregar de livre vontade seja para repousar, seja para divertir- se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.(p.34)

Faleiros (1980) critica esta visão por entender que a mesma se detém nas funções atribuídas ao lazer como elemento de preenchimento da vida social, e caracterizando o ócio como algo prejudicial e inaceitável. Além disso, o tempo livre do individuo precisaria ser ocupado com atividades que o levasse a recuperar a sua força de trabalho ou ao desenvolvimento de suas potencialidades produtivas, sem levar em consideração as suas necessidades individuais. Assim, com o individuo aparecendo como uma peça da engrenagem que precisa estar plenamente saudável para que tudo funcione com êxito, o lazer se enquadra como instrumento de controle social cuja função é a de manutenção do estado social vigente.

O planejamento do lazer, neste contexto, possui uma conotação

desarticulada com a realidade social, econômica, política e cultural da maior parte da população. Além disso, privilegia o papel mercadológico do lazer, pois reduz o lazer a mera busca de prazer pessoal, transformando o cidadão – portador do direito ao lazer- em consumidor da indústria cultural, cuja característica principal é justamente fornecer produtos adaptados ao consumo alienado das massas, onde a apropriação do tempo livre do trabalhador pelo mercado faria com que as muitas formas de lazer fossem, então, transformadas em atividades empresariais lucrativas, tomando a forma de produtos a serem comercializados e tendo o seu consumo condicionado à possibilidade ou capacidade de compra dos mesmos (Werneck e Isayama, 2001).

Esta expressão de um lazer de consumo está presente na adoção de políticas que se utilizam o lazer como instrumento de controle. Para Sant''anna (2002) a passagem da disciplina para o controle sugere uma mudança importante nas maneiras de conceber e tratar os cuidados com o corpo e os seus vínculos com a valorização atual do lazer. Neste sentido, Foucault (1975) observa que o controle social se baseia nos seguintes princípios: a distribuição dos indivíduos no espaço; o controle das atividades; a segmentação do tempo e a composição das forças. Segundo Foucault (1975)

> Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que, o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também uma “mecânica do poder” está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros; não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (p.119)

Citando Gilles Deleuze, Sant'anna (2002) afirma que na ação disciplinar a produção permanece o centro dos desejos e coacões dominantes, mas, naquela de controle,é principalmente o consumo que conquista um lugar de destaque, sendo menos importante a função do lazer.

> Nas sociedades de controle, a situação é diferente: lazer e ócio não são necessariamente, nem regra, nem desvio. Ambos são pensados e tratados não apenas pelo prisma da ordem jurídica, nem segundo intenções morais, que visam aumentar os indices de produtividade. Torna-

> se secundário o fato de eles serem castigo, recompensa, “ópio do povo” ou o principal meio para fazer aflorar a criatividade de cada um (2002:50).

Taylor (1999) afirma que, na cidade de Nova York do século XIX, a partir do reconhecimento de parques urbanos como importantes instrumentos de informação e controle social, arquitetos e paisagistas conseguiram convencer os governantes norte- americanos a investir na construção deste tipo de espaço. Como resultado da aceitação dos parques como mecanismos de controle social foram construídos, então, parques urbanos com a finalidade de inspirar a moral, aumentar a civilidade e socializar as normas e os valores da classe media. Deste modo, o controle social, entendido como uma tentativa realizada por um ou mais indivíduos de manipular o comportamento de outros, através de instrumentos indiretos seria deliberado com o objetivo de impedir os comportamentos considerados desajustados ou transgressores pela elite dominante. Taylor relata ainda que quando a classe trabalhadora frequentava os parques nas comunidades de classe média de Nova York, a população destas elites procurava ensinar, agressivamente, à classe trabalhadora o seu próprio código de decoro, graça e charme. Tal posição explicitava um estima de classe, na medida em que para as classes mais abastadas, estes espaços podiam ser acessíveis para a classe trabalhadora apenas se estes apresentassem comportamentos apropriados, segundo os critérios impostos por elas.

Uma outra possibilidade de controle é destacada por Elias (1992) que trata o lazer, mais especificamente o que ele chama de lazer mimético[5],como uma válvula de escape das tensões sociais adquiridas no exercício do autocontrole. O lazer, neste caso, seria um “brincar com as normas”, onde determinadas condutas podem ser consideradas normais numa esfera e desvios numa outra. Isto teria a capacidade de questionar os limites impostos da ordem a que nos submetemos no cotidiano até um ponto em que não ofendesse a consciência coletiva. Isto significa dizer que o lazer seria a busca do descontrole das emoções internamente reprimidas,

5 Segundo Lucena (2001) as ações miméticas podem ser compreendidas como necessidades de sociedades altamente regulamentadas como a nossa, caracterizando-se como um reduto social em que individuo, seja como jogador, seja como espectador, pode transpor o muro das emoções na busca da excitação nas atividades de lazer, mesmo que, podemos afirmar, de uma forma socialmente limitada e controlada.

proporcionando o equilíbrio da vida social. Deste modo, este autocontrole assumiria um papel essencial na regulação das relações pessoais no meio urbano. As práticas de lazer, portanto, seriam o espaço onde as atitudes e emoções estariam mais "fracamente" reguladas. Neste caso, o lazer seria uma instituição necessária às sociedades modernas, enquanto moderadoras da severidade do autocontrole, regulando as emoções dentro das relações urbanas. Em consequência, o desequilíbrio entre as atividades de lazer e as de não lazer levaria a um descompasso entre todas as esferas da vida[6].

Assim sendo, independente do caráter assumido, pode-se afirmar que o controle social instrumentalizado através do lazer é imposto pelo grupo dominante na busca de uniformizar um conjunto de valores e ideias que dêem sustentação ao sistema político e econômico vigente (Ortega, 2000).

1.2.2 Lazer, Cidadania e Transformação Social

Esta perspectiva teórica aponta o lazer como fator de libertação social, quando o mesmo procurar incorporar as experiências vividas pelo individuo nos diferentes tipos de atividades que realizam dentro do processo de emancipação em que porventura se engajem dentro da Sociedade. Este caráter de liberação social surge como resultado da escolha do individuo já que, nas oportunidades de lazer, a escolha individual é maior que em qualquer outra esfera da vida humana. A abrangência do lazer, no que diz respeito à gama de atividades que engloba, proporcionaria a vivência de situações e de relacionamentos que dão ao individuo a oportunidade de exercer a sua capacidade de transpor barreiras e de construir a sua identidade social.

Dentro de um contexto de questionamento da ordem social estabelecida, o lazer pode ser um importante instrumento de transformação da realidade na medida em que se manifesta como um dos elementos que compõem a complexa rede

---

6 Segundo Elias e Dunning(1992,p103) "para serem considerados normais, espera-se que os adultos vivendo nas nossas sociedades controlem, a tempo, a sua excitação. Em geral, aprenderam a não se expor demasiado. Com grande frequência já não são capazes de revelar mesmo nada de si próprios. O controle que exercem sobre si tornou-se, de certo modo, automático. O controle -em parte- já não se encontra sob seu domínio. Tomou-se um aspecto da estrutura profunda da sua personalidade."

social. Pinto (1996) afirma que o lazer enquanto necessidade cotidiana ligada à existência social e histórica possui um caráter dialético, tornando-se um instrumento de mudanças históricas e abrindo espaços para a compreensão dos conflitos entre sujeitos e a sociedade, dos valores, papéis sociais e alternativas de ação. Neste sentido, o lazer se torna uma possibilidade de construção e afirmação da cidadania[7] quando sua prática acontece num sentido contrário às práticas paternalistas do Estado ou das classes dominantes, que são desenhadas para reduzir a visão crítica do sujeito acerca da realidade que o cerca.

Assim, para que haja transformação e mudança de atitude o lazer se colocaria como uma fonte de estímulo aos potenciais emancipatórios, e como fator essencial para o bem-estar da população. Isto se daria na medida em que o lazer é o responsável pela construção do ser em coletividade. E é no interior das práticas de lazer e por meio delas que o indivíduo, conscientemente ou não e respeitando suas próprias limitações, realiza a crítica de sua vida cotidiana. Isto não quer dizer que todo lazer seja necessariamente questionador e sim que os homens buscam nos lazeres aquilo que as outras esferas da vida não podem. E neste questionamento é que está o caráter de transformação do individuo. Segundo Coelho (2000) o lazer é uma necessidade para o desenvolvimento do bem em si mesmo, tanto quanto para a implementação das atividades políticas, isto é, das atividades que dizem respeito à convivência humana na pólis, na cidade – convivência humana organizada e que busca proporcionar a construção de cada um por si mesmo e a construção da comunidade por todos e cada um. Para Werneck e Isayama (2001) o lazer pode servir de estímulo a conquista da autonomia, ultrapassando as barreiras dos discursos ideológicos e opressores da sociedade contemporânea e produzindo formas autênticas a partir do cotidiano.

Neste sentido, é que Werneck e Isayama (2001) afirmam que

> Essas formas de lazer possibilitam a espontaneidade própria das camadas populares, podendo contribuir com a renovação do mundo. Muitas práticas culturais podem constituir autênticas formas de lazer

7 A cidadania tem por ideias fundamentais a consciência da liberdade, da igualdade e da justiça social. (Pinto,1996)

> popular, representativas do povo fazendo cultura e, especialmente por isso, fazendo política. Assim, o lazer passa a ser promissor não pela lógica do mercado, mas originado de uma experiência cidadã, ampliando as chances de que as práticas de lazer constituam canais de resistência e engajamento político. (p.68)

Em suma, dentro desta visão seria através da convivência no lazer que surgiria a possibilidade da descoberta, ou resgate, de valores primordiais na construção da identidade pessoal e cidadã. Além disso, seria dentro das multiplicidades de ações possíveis e de conexões infinitas que o lazer projeta-se como uma possibilidade de construção de uma nova realidade.

1.3.POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

As políticas sociais não podem ser definidas em abstrato ou em um vazio histórico das pessoas, regiões e situações sobre as quais serão efetuadas as intervenções. A atuação do Estado, nesse sentido, refletiria as relações e embate das forças políticas que lhe dão sustentação. Assim, para que as políticas públicas tenham eficiência, efetividade e eficácia, é necessário considerar todo o contexto político e a natureza do Estado na qual estão inseridas e são formuladas. Nessa direção, duas realidades precisam ser compreendidas: o Estado enquanto agente institucional de políticas públicas e o lazer enquanto instrumento de transformação e de manifestação do lúdico. Nesta seção, portanto, busca-se compreender o papel do Estado na formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer, contextualizando o surgimento das políticas sociais.

1.3.1. As Politicas Públicas de Esporte e Lazer e o Estado de Bem-Estar Social no Contexto do Modelo Neoliberal

As politicas públicas se caracterizam por serem tentativas organizadas pelo Estado de melhoria do bem-estar de determinados grupos sociais. Deste modo, a sua implementação resulta de uma decisão política, sendo difícil determinar a sua origem, já que formas embrionárias de sistematização de políticas sociais remontam, pelo menos, ao início do capitalismo. Após a Revolução Industrial houve um crescente aumento das demandas sociais, obrigando o Estado Capitalista a intervir nas relações produtivas, a economia e a sociedade. Pereira (2002) coloca que

> E nesse papel (de interventor), ele passou não só a regular com mais veemência a economia e a sociedade, mas também a empreender ações sociais, prover benefícios e serviços e exercer atividades empresariais. (p.30)

Offe (1995) afirma que o Estado do Bem-Estar Social surgiu como uma fórmula encontrada pelas democracias capitalistas para proporcionar assistência aos cidadãos durante a grande crise ocorrida no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais. Já Harvey (1996) sugere que as politicas de bem-estar, baseadas na adoção do Keynesianismo, surgiram como uma forma de compensar os trabalhadores europeus à implementação do modelo fordista de produção. Por outro lado, Oliveira (1998) defende que o *Welfare State* constituiu-se como um fundo público que atuava como um pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho. De toda forma, para estes autores o Estado do Bem-Estar teria sido uma estratégia do capital para administrar os conflitos decorrentes da crise do entre guerras e do pós Segunda Guerra. Pereira (2002), entretanto, coloca que o Estado de Bem-Estar nasceu nos fins do século XIX como uma alternativa ao neoliberalismo e a partir da necessidade do sistema liberal burguês de responder aos efeitos sociais nocivos do próprio sistema. O Estado de Bem-Estar se caracterizava pela intervenção do Estado no que diz respeito à garantia, a administração e ao financiamento do seguro social e de atividades afins, através de leis e

implementação de políticas específicas. Seu princípio fundamental era o de proteção social básica como um direito de todos, independentemente da renda dos cidadãos e da sua capacidade de contribuição para o financiamento do sistema.

A partir dos anos 80 do século XX, o poder do grande capital fez nascer o modelo de Estado Neoliberal, cuja principal característica é a crescente privatização dos bens e serviços sociais, com o consequente desmantelamento do Estado de Bem Estar Social. Assim, houve uma mudança estratégica no campo da proteção social: a introdução do conceito de parceria entre Estado, Mercado e Sociedade. Para Pereira (2002)

> Uma análise mais acurada das tendências desse esquema plural ou misto de bem-estar social mostra que as soluções referentes à pobreza e à chamada exclusão social têm sido cada vez mais procuradas na sociedade e baseadas no recurso estratégico da solidariedade informal e voluntária, envolvendo a família, a vizinhança, os grupos de amigos. Com isso, o Estado vem abrindo mão de seu protagonismo como provedor social, tornando cada vez mais focalizadas as políticas sociais públicas, enquanto o mercado ocupa-se em privilegiar o bem-estar ocupacional que protege apenas quem tem emprego estável e bem-remunerado. Daí a presença marcante de uma dualização na prática das políticas sociais contemporâneas (p.39).

Dentro desta ótica, o modelo ideal de homem neoliberal apresenta-se como o “cidadão consumidor”, transferindo as políticas sociais da esfera da política para a esfera do mercado, vinculando a noção de cidadania ao indivíduo na condição de proprietário.(Gentilli *apud* Liao Jr, 2003).

No contexto brasileiro, apesar de o lazer integrar os direitos básicos do cidadão desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, e chancelada pelo Brasil, o reconhecimento deste direito somente foi referendado pela constituição de 1988. Entretanto, com o advento de uma nova ordem mundial e a queda do *Welfare State*, a ausência do Estado Brasileiro diante de questões de grande relevância e direito social foi se tornando cada vez mais expressiva. A proposta modernizante do Estado, de conteúdo neoliberal, ocasionou uma diminuição nos investimentos sociais e, consequentemente, submeteu as questões sociais à lógica do mercado.

Deste modo, no caso específico do lazer e do esporte, houve uma redução de ações voltadas para a criação e gerenciamento dos espaços públicos e das políticas públicas, permitindo que a iniciativa privada fosse ocupando um lugar cada vez mais destacado (Pinto, 2002).

O repasse à iniciativa privada, que outrora era feito por um processo lento e gradual, passou a ser feito de forma mais acelerada através de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada. Isto terminou por criar uma completa omissão do Estado Brasileiro, no que diz respeito ao esporte e lazer enquanto direito social. O Estado, ao repassar para o mercado o papel de fornecimento de esporte e lazer, promove a elitização de algumas oportunidades de lazer, já que estas estão atreladas ao poder de consumo, e o investimento em áreas de grande amplitude de abrangência (Oleias, 2000). É relevante destacar que, na área de atuação do poder público, o lazer sempre foi associado ao esporte e, mais recentemente, à cultura que foram gradativamente se transformando em eventos para grandes massas de consumidores.

Assim, atrelado aos interesses políticos e aos interesses de mercado, o esporte passou por variações que vão desde a proposta de "Esporte Para Todos"[8], na década de 70, até a completa submissão às leis de mercado. Para Linhales (2001) as tentativas de superação dos problemas existentes no âmbito da gestão pública do esporte acabam se confundindo com processos de adequação/submissão do Estado à lógica e às exigências do mercado. Nota-se, então, que este processo de mercantilização do esporte, e consequentemente do lazer, passa pelo modelo de Estado que é adotado pelo país: o neoliberalismo.

O investimento do mercado na área de lazer centraliza-se em eventos - espetáculos. E as políticas públicas no Brasil, que primeiro investiram no esporte de rendimento como instrumento de alienação e controle social da população, passaram a investir no mesmo tipo de esporte, mas agora dominado pelo mercado:

8 Projeto Politico-Ideológico implementado durante a Ditadura Militar, inspirado nos preceitos da Carta europeia do esporte para todos, elaborada pelo Conselho da Europa em 1975. Esta carta impulsionou o desenvolvimento de políticas nacionais de esporte, além de favorecer a ampliação dos segmentos sociais que deveriam usufruir atividades físicas e esportivas. (Linhales,2001)

o esporte altamente competitivo, o esporte espetáculo, gerando produtos a serem consumidos pela população.

1.4. Síntese e Conclusão

O entendimento de lazer adotado nesta pesquisa considera-o como um fenômeno histórico e espacialmente construído. O esforço neste capítulo foi direcionado no sentido de compreender o lazer como fenômeno humano, cultura vivenciada e com caráter dialético que atribui ao lazer a possibilidade de ser instrumento de controle social ou fator de libertação social.

O lazer moderno, surgido da divisão funcional do trabalho e do tempo, possui uma relação intrínseca com a cidade, por isso é essencialmente urbano. Deste modo, o lazer está inserido na cidade globalizada, portadora de um sistema pautado na exploração do trabalho, onde buscar o ócio representa uma transgressão às regras capitalistas. Em contrapartida, o lazer é considerado como uma peça fundamental na engrenagem de uma sociedade funcional e de resultados imediatos. Enquanto válvula de escape das tensões adquiridas no trabalho ou na rotina diária, o lazer é valorizado e seguindo a tendência de mercantilização, é apropriado pela indústria cultural e torna-se um produto a ser consumido.

Em conclusão, podemos afirmar que a distinção entre o lazer e o ócio, ao longo da história, como ficou demonstrado, está sujeito aos interesses das elites dominantes. Em toda a história, a ideia de ócio esteve atrelada a uma elite, pois o ócio expressa a não necessidade de atividade para o sustento. Como afirma De Grazia[9],*o ócio é o estado de estar livre de estar ocupado*. Nesse sentido, o ócio não se relaciona à ideia de atividade, ação. Na modernidade a palavra ócio assume um caráter pejorativo e relaciona-se a ideia de vadiagem. Por outro lado, o lazer,

9 Bruhns, H.T. De Grazia e o lazer como isencão de obrigacoes.

aparece sob a forma de atividades recreativas e divertimentos e está sempre ligado ao trabalho.

O lazer possui elementos socializantes que estimulam a reflexão e a construção da cidadania. No entanto, as políticas públicas para o esporte e lazer, no Brasil, têm sido historicamente estruturadas e implementadas dentro de uma visão de mundo funcional em que não há lugar para o caráter de libertação social do lazer.

CAPÍTULO 2:CONCEITUANDO O ESPAÇO URBANO

Este capítulo tem o objetivo de abordar o espaço urbano a partir das teorias urbanas que surgiram para sanar os problemas oriundos da Cidade Industrial; identificando os principais fundamentos teóricos que embasaram estas teorias. Além disso, procurou-se abordar os paradigmas que se relacionam ao estudo do espaço urbano, mais especificamente as teorias de análise com abordagem ecológica e marxista estruturalista.

A seção está dividida em três seções. A primeira trata da Cidade Industrial e dos problemas que a afetam, assim como das Teorias Urbanísticas que surgem a partir das discussões sobre estes problemas. Neste tópico, fez-se, então, uma breve contextualização dos Pré-urbanistas utópicos até o Modelo Progressista Racionalista. Na segunda parte foi analisado as Teorias de Análise do Espaço Urbano: A Ecologia Urbana, A Ecologia Urbana Contemporânea e a Produção Social do Espaço. Na terceira parte abordou-se a formação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes, destacando os elementos históricos, físicos e ambientais que determinaram a sua atual configuração e os planos urbanísticos implementados pelo poder público ao longo de sua história.

2.1. A Cidade Industrial e a Gênese do Urbanismo

A cidade industrial surgiu afetando todo o desenvolvimento da sociedade e, num movimento dialético, pode-se afirmar que a Revolução Industrial provocou mudanças substanciais na vida da cidade. Sojberg (1972) afirma que a mudança de utilização da força humana para a mecânica produziu uma total transformação das cidades e da vida social. Além disso, houve um crescimento demográfico resultante dos progressos científicos e tecnológicos realizados a partir da metade do século XVIII que causou um crescimento desenfreado das cidades forçando uma reorganização do espaço urbano (Abiko, 1995; Harquel, 1990; Choay, 1979).

De forma similar, Bresciane (1985) aponta para o fato de que a máquina adquiriu um significado de superação da escassez de recursos tendo-lhe sido atribuído um poder transformador, tornando-a mola propulsora de uma nova dinâmica social. No entanto, a supremacia das máquinas também foi visto como causadora de perdas sociais. Bresciane aponta que a perda da representação de tempo, da finalidade da produção pelos trabalhadores e a extinção dos sistemas de trabalho com base em relações pessoais, tiveram como corolário a perda do *habitat* tradicional, onde a moradia servia também como local para o trabalho artesanal. Um outro desenvolvimento da Revolução Industrial foi à aglutinação das máquinas em locais concentrados. Dessa concentração surgiram as grandes oficinas determinando, assim, o fim do sistema de trabalho disperso.

De acordo com Benevolo (1987) a indústria precisava se concentrar perto de onde pudesse dispor da necessária força motriz: primeiro próximo dos cursos d'água e depois das minas de carvão. Ao concentrar as máquinas nas oficinas, as famílias que antes produziam em suas próprias casas foram obrigadas a abandonar o campo e fixar-se na cidade, geralmente em moradias inadequadas e ao redor de um núcleo principal, formando os primeiros bairros operários que, por seu grande adensamento e extensão, produziam uma enorme quantidade de lixo, cujo destino eram as ruas e recantos da cidade (Abiko, 1995; Benevolo, 1987).

A cidade industrial foi caracterizada no seu início pela insalubridade; sem abastecimento de água, sistema de esgoto e de coleta de lixo. Neste ambiente surgiam epidemias difíceis de serem controladas, doenças que atingiam a praticamente toda a população, o que levou ao surgimento do urbanismo sanitarista. As leis sanitárias do século XIX tinham o objetivo de melhorar as condições de salubridade das cidades e a preocupação centrava-se na captação da água e despejo de esgotos, a fim de se controlar os graves problemas de saúde pública. Assim, em 1848, na Grã-Bretanha, foi aprovada a primeira lei sanitária, a Public Health Act1[10], que tinha entre seus principais objetivos: o abastecimento de água e controle de sua potabilidade, canalização de esgotos, drenagem de áreas inundáveis e abertura de vias e vielas sanitárias (Abiko, 1995).

Para Abiko (1995) as leis sanitárias do século XIX evoluíram para uma legislação especificamente de natureza urbanística, definindo as densidades, critérios para a implantação de loteamentos, distância entre edificações e até a característica de cada edificação, isto é espaços, aberturas e materiais a serem empregados. Os regulamentos urbanísticos atualmente existentes, as leis de zoneamento, uso e ocupação do solo e os códigos de edificações, tem como origem esta preocupação sanitarista de se criar um ambiente salubre e adequado. Dentro dessa linha sanitarista é importante mencionar as propostas de Owen (1771-1858), em que os espaços verdes seriam concebidos a partir do isolamento das indústrias em cidades voltadas às questões sanitárias; as de Fourier (1772-1837), que preconizava protótipos das edificações comunitárias dispostas em anéis concêntricos, separados por relva ou plantações, e as de Cabet (1788-1856) cuja cidade foi elaborada com a presença abundante de vazios e do verde, voltados à higiene e à salubridade (Marcondes, 1999).

Para Mumford (1982), a maior contribuição das cidades industriais à humanidade foi a reação produzida contra seus próprios problemas, o que ocasionou o surgimento do saneamento e da higiene pública. As primeiras propostas para corrigir os males da cidade industrial polarizaram-se em dois extremos: ou se defendia a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente

10 Em 1842 o advogado Edwin Chadwick escreveu a obra “As condições sanitárias da população trabalhadora na Grã- Bretanha” e com ela fez com que o Parlamento promulgasse a Lei em 1848.

novas formas de convivência ditadas pela teoria ou se procurava resolver problemas singulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta suas conexões e sem uma visão global da cidade (Abiko, 1995).

Ao primeiro caso pertencem os utópicos[11], ou pré-urbanistas, e no segundo caso pertencem os especialistas e funcionários que introduzem na cidade os novos regulamentos de higiene e as novas instalações e que, tendo de encontrar os meios técnicos e jurídicos para levar a cabo estas modificações, dão efetivamente início à moderna legislação urbanística. Por outro lado, a proposta utópica surgiu por não poder dar uma forma prática aos questionamentos da sociedade, oscilando entre a nostalgia ou o progressismo. Dentro da perspectiva utópica, pode-se identificar ainda dois modelos distintos: o modelo progressista e o modelo culturalista. O modelo progressista diferia do modelo culturalista principalmente porque o primeiro partia do individuo e tinha por objetivo o espaço aberto, rompido por vazios e áreas verdes.

Para Fourier, por exemplo, t*oda casa da cidade devia ter como sua dependência, entre pátios e jardins, pelo menos tanto terreno vazio quanto ocupa sua superfície construída* (Choay, 1979). Já no modelo culturalista havia uma visão nostálgica e que tinha como foco a coletividade ou grupamento humano. A cidade, nesse caso, era circunscrita no interior de limites precisos, com dimensões modestas, inspiradas nas cidades medievais.

Nesse sentido, Choay (1979) afirma que,

> A cidade do modelo culturalista opõe-se à cidade do modelo progressista por seu clima propriamente urbano. No plano político, a ideia de comunidade e de alma coletiva termina em fórmula democrática. No plano econômico, o anti-industrialismo é manifesto e a produção não é encarada em termos de rendimento, mas do ponto de vista de sua relação com o harmonioso dos indivíduos que gozam uma vida feliz e plena de lazeres.

11 Segundo Roncayolo apud Dias (2000) a busca da cidade ideal era o objetivo dos utópicos, mas, tratava-se de uma questão que ia além da preocupação com os problemas causados pela indústria estando presente também valores morais, estéticos ou higiênicos contra a cidade opressiva do século XVIII.

Este conjunto de ideias influenciou diretamente o Urbanismo Contemporâneo, embora haja pontos de diferença fundamentais na sua essência. Em primeiro lugar, os pré-urbanistas eram generalistas (historiadores, economistas ou políticos), enquanto que os urbanistas são especialistas (geralmente arquitetos). Além disso, o urbanismo é despolitizado, ao passo que o pré-urbanismo tinha uma profunda ligação com a opção política de cada urbanista. E finalmente, os conceitos do urbanismo são realizados concretamente em contrapartida ao pré-urbanismo, cujas teorias fixaram-se somente no campo das ideias (Harquel, 1990).

Neste sentido, pode-se citar a proposta da cidade-jardim, de Ebenezer Howard, que surge a partir das ideias defendidas pelo pré-urbanismo. Para Abiko (1995) a cidade-jardim tinha três princípios fundamentais: (i) a eliminação da especulação dos terrenos; (ii) controle do crescimento e limitação da população e (iii) o equilíbrio funcional entre a cidade e o campo, ou ainda entre o comércio e a indústria. Dias (2000) afirma que, em seus projetos, Howard insistia na tentativa de reunir as vantagens do campo e da cidade, para que os indivíduos pudessem ter uma qualidade de vida melhor. Assim para Howard, tanto a cidade como o campo agiriam como ímãs a atrair as pessoas em busca de amenidades apresentando, porém, vantagens e desvantagens qualquer que fosse a escolha. Deste modo, uma cidade que abrigasse concomitantemente as amenidades do campo, sem perder as da cidade, resultaria num local perfeito de vida e progresso para o homem.(Figura 1)

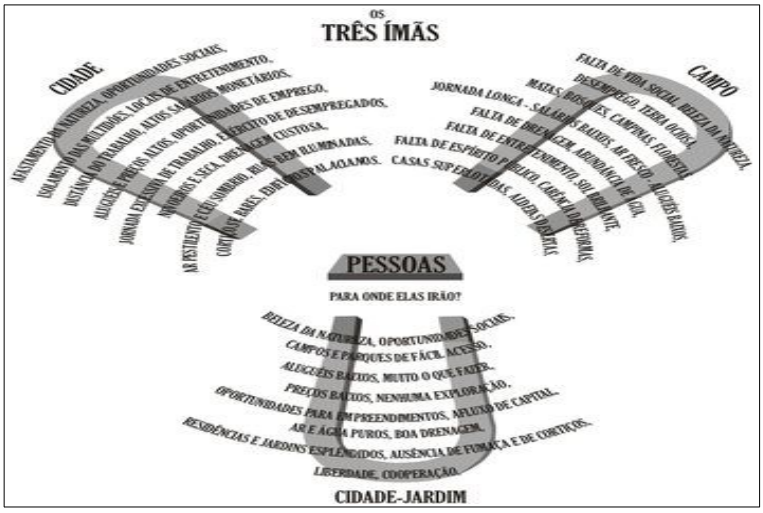


Figura 1- Teoria dos ímãs de Ebenezer Howard (1898)

Na proposta de Howard, cada cidade-jardim deveria comportar 32 mil habitantes e ser autossuficiente em empregos, indústria, comércio e produção agrícola, de modo a atender todas as exigências daquela população (Dias, 2000).

Mumford (1965) destaca que o modelo cidade-jardim designava uma cidade que representaria uma nova forma de urbanidade, e não se resumia apenas a uma horticultura, ou seja, o emprego de grandes jardins para as residências e a presença do verde. Desta forma pode-se afirmar que as cidades–jardim estavam relacionadas com a tentativa de construir mais que uma cidade, mas um projeto alternativo de sociedade. Esta sociedade estaria configurada como uma cidade autônoma, cujos jardins despontariam como uma crítica à metrópole buscando melhores condições de existência.

Costa (2001) indica que na construção de uma cidade-jardim proposta por Howard "*seria mais simples e ordinário, mais econômico e absolutamente satisfatório partir de um material novo para criar um novo instrumento, do que reformar e modificar um velho"*. Jacobs (2000) apresenta uma crítica severa a esta teoria de Howard, por acreditar que o planejamento urbano por ele proposto tinha o objetivo de destruir a cidade, ao conceber a cidade como algo estático, e porque descartava as características urbanas e a sua complexa e multifacetada vida cultural.

Em contraposição ao modelo de cidade como um grande parque e da aglomeração urbana tratada como uma área verde, destaca-se outra corrente do urbanismo moderno: o chamado modelo progressista, que se baseava no princípio Racionalista e na ideia de Modernidade. Choay(1979) assinala que o modelo progressista tinha suas bases num projeto racionalista de cidade, que se traduzia pela cidade-máquina, onde os arquitetos racionalistas eram a favor das formas puras e preconizavam a exploração radical das fontes da técnica e da indústria. Deste modo, o urbanismo progressista diferia-se do pré-urbanismo progressista ao ter seu interesse deslocado das estruturas econômicas e sociais para as estruturas técnicas e estéticas.

O urbanismo progressista se consolidou com a criação dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) em 1928. No congresso, que

ocorreu em 1933, a bordo de um navio a caminho de Atenas, foi elaborada uma avaliação das ideias modernistas que viria a resultar num documento síntese que viria a ser a base da chamada Carta de Atenas, que sintetiza o conteúdo do Urbanismo Racionalista, também chamado de Urbanismo Funcionalista. O Urbanismo Funcionalista partia da premissa de que a cidade possui quatro funções fundamentais: trabalho, habitação, circulação e lazer, sendo seus objetivos a ocupação do solo, a organização da circulação e a legislação (Abiko, 1995).

O urbanismo funcionalista supunha, ainda, a obrigatoriedade do planejamento regional e intraurbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada, articulado com a existência de amplas áreas de vegetação. Além disso, os teóricos do urbanismo funcionalista defendiam o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, com a separação da circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e a adoção de uma estética de cunho geometrizante do espaço urbano (Choay, 1979, Abiko, 1995).

Para Harquel (1990) o modelo progressista foi o modelo que se impôs como modelo urbanístico dominante e quase tudo que se fez nos últimos cinquenta anos corresponde com maior ou menor fidelidade aos ideais progressistas. As críticas que se fazem a este modelo são, principalmente, no que diz respeito à “cultura do concreto”: Harquel (1990) acredita que o grande pecado do urbanismo progressista foi ter imposto o ideal não confesso de um universo a base de espaços desestruturados e de gigantescas “máquinas de habitar para homens máquinas”. Por outro lado, Dias (2000) afirma que a crítica que caberia aos modernistas urbanos seria a forma como os mesmos supervalorizaram a técnica; que seria importante, mas não passaria de um meio, não podendo ser tomada como um fim em si mesmo. Jacobs (2001)acrescenta que o modelo progressista resultou no abandono das vias públicas com consequente desaparecimento das principais vantagens da vida urbana que seriam a segurança, contato entre pessoas, o processo de formação das crianças e possibilidade de diversidades das relações intrapessoais.

Já Benévolo (1999) afirma que a cidade contemporânea foi organizada de acordo com os preceitos do modelo progressista com separações de funções, destinando a cada uma um espaço específico onde ficavam distinguidos as zonas residenciais, as zonas industriais, as zonas para os serviços procurando reduzir os inconvenientes que derivam da mistura das funções da cidade industrial. Contudo, essa organização de caráter funcional não impediu o surgimento de graves problemas urbanos como o esgotamento dos recursos que abasteciam as cidades e gerando uma crescente degradação do meio ambiente, e o surgimento de artérias viárias congestionadas e grandes adensamentos demográficos em determinadas áreas da cidade.

No Brasil, a urbanização ocorre num movimento contrário ao que ocorre na Europa. De acordo com Lima (1998) o processo de urbanização no Brasil durou apenas 50 anos, ocorrendo simultaneamente ao processo de industrialização. A urbanização brasileira no decorrer do século XX, ocorrida em várias partes do país e principalmente na fachada litorânea, construiu uma longa história de divisões socioterritoriais entre diferentes partes de uma mesma cidade. Tais divisões intraurbanas são produtos do padrão segregatório[12] que conduziu a formação das cidades de diferentes tamanhos, mais gravemente nas grandes metrópoles e nas cidades médias que, nas últimas décadas, registraram significativo crescimento populacional e territorial nas suas periferias.

Um aspecto relevante do ponto de vista teórico é que as diversas escolas urbanas não foram suficientes para resolver, ou mesmo entender, a natureza dos problemas afetando a cidade nascida após a Revolução Industrial. Neste sentido, Marcondes (1995) aponta que um desenvolvimento indireto foi o surgimento, já no século XX, da chamada sociologia Urbana, que nasceu buscando analisar a cidade e os problemas inerentes ao espaço urbano.

12 O padrão de urbanização segregatório foi impulsionado principalmente a partir de meados do século XX com a abertura da economia brasileira para as entradas das multinacionais, notadamente do setor produtivo de bens duráveis como eletrodomésticos e automóveis. (Fapesp,2000)

2.2.Teorias de Análise do Espaço Urbano

A Ecologia Urbana teve seu impulso com a Escola de Chicago, cujo pensamento tinha como base a cidade entendida como um corpo social específico que seguiria certas regras de crescimento, e um sistema de valores e comportamentos (Marcondes, 1999). Para Gottdiener (1993) os fundamentos teóricos da Escola de Chicago se resumiam a uma analogia biológica para a explicar os fenômenos sociais. Assim, a teoria da evolução proposta por Charles Darwin serviu como base para explicar o comportamento humano e o suposto papel da competição econômica dentro da análise social.

Park (1979), um dos principais teóricos da Escola de Chicago, argumentava que havia uma analogia entre o mundo vegetal e animal e o dos homens e utilizava os conceitos de competição, processo de dominação e sucessão, para explicar tal similaridade. Nesse sentido, a cidade seria apreendida por meio de um referencial de análise analógico que teria por base a ecologia animal onde a urbanização seria um processo organizado a partir de um modelo de interação entre os homens e o meio (Marcondes, 1999). Um outro teórico da Escola de Chicago, Mackenzie conceituava a Ecologia Urbana como o estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos quando são afetados pelas forças seletivas, distributivas e acumulativas do meio ambiente (apud Silva, 2001). Deste modo, o espaço urbano seria o reflexo da organização espacial do homem em função do meio ambiente. Um dos produtos mais expressivos da Escola de Chicago é o modelo dos círculos concêntricos, de Ernest Burgess, cujos objetivos principais eram: (i) oferecer uma descrição geral da estrutura residencial de uma cidade num determinado tempo; (ii) perceber como os processos ecológicos influenciaram esta estrutura; (i) analisar a importância da expansão da cidade, bem como a forma como a mobilidade residencial afeta as características sociais de uma área. O “Modelo de Burgess” apoia-se, assim, na noção de que o desenvolvimento da cidade se fez de dentro para fora, a partir da área central, formando zonas concêntricas.

Para Marcondes (1999) uma das críticas pertinentes a este modelo seria o fato do mesmo não ser universal, ou seja, de não ser aplicável a todas as cidades, que por possuírem formas singulares não poderiam ser desenvolver em zonas perfeitamente concêntricas. Além disso, a falta de uma análise crítica por parte destes teóricos - no que diz respeito às contradições sociais, econômicas e politicas - fez com que surgissem análises alternativas do espaço urbano (Silva, 2001).

A partir dessas críticas, a ecologia urbana entra numa nova fase: A Ecologia Humana Contemporânea. Arruda (1997) aponta que algumas contribuições foram determinantes para o surgimento da Ecologia Humana Contemporânea como a Ecologia Cultural, o papel da energia na evolução cultural; a identificação dos sistemas e dos ecossistemas. A Ecologia Humana Contemporânea também trabalha com o conceito de adaptação de populações às circunstâncias ambientais, como o estresse nutricional, o calor extremo, a altitude e a seca. A ecologia humana contemporânea desenvolve-se como um campo ecoantropológico, necessariamente multidisciplinar, na busca de conhecer o homem como espécie biocultural, em estado de interdependência com fatores abióticos, bióticos e culturais.

A Ecologia Humana Contemporânea reformula os princípios da Ecologia Urbana buscando uma compreensão mais holística das relações entre os aspectos biológicos e os aspectos sociais, tratando o espaço urbano de maneira sistêmica. Esta visão sistêmica defendia a ideia de que tudo estaria conectado, com os elementos interagindo simultaneamente. Os estudos dos ecossistemas urbanos buscariam, então, ver todos os fenômenos ou eventos de um dado sistema interligado. Moran (1994) acrescenta que a abordagem ecológica deveria ser a mais holística possível, embora tal exigência atrapalhe a utilização deste modelo mais frequentemente dado a complexidade do tecido urbano. De acordo com Franco apud Silva (2001)

> Este é um dos problemas metodológicos da teoria sistêmica, pois é difícil criar um sistema urbano, já extremamente complexo em relação aos fluxos energéticos, prevendo as ações sociais, onde os homens tomam decisões tão variadas e de acordo com múltiplas variáveis.(p.13)

Ao considerar o maior número de variáveis possíveis, inclusive os aspectos sociais, econômicos e políticos, a Ecologia Urbana Contemporânea torna-se inviável na sua execução. Para contornar este problema metodológico, grande parte dos ecologistas tem buscado trabalhar com sistemas naturais, e sem a intervenção antrópica, devido a sua simplicidade em relação aos sistemas urbanos (Silva, 2001).

Em contraposição a estas teorias relacionadas à Escola de Chicago surgiu a Teoria da Produção Social do Espaço, baseado na visão de tipo Marxista-Estruturalista. Para Marcondes (1999) esta teoria tenta vincular a questão urbana às práticas sociais, políticas e econômicas, questionando o papel do Estado na produção do espaço urbano com o triunfo aparente do modelo explicativo neoliberal. As ideias de Castells (1972), onde a teoria do espaço consiste em uma especificação de uma teoria geral da organização social, o que equivaleria a estudar a sua formação por elementos do sistema econômico, político e ideológico, se constituíram no principal instrumento conceitual de inúmeros estudos de políticas urbanas. Um outro representante desta corrente foi Henri Lefebvre, que entendia o espaço como uma variável essencial na organização e comportamento social. Segundo Silva (2001) Lefebvre avançou ao defender, além das transformações econômicas, uma revolução no desenho urbano das cidades.

Lojkine (apud Moreira,1999), por outro lado, centrava sua análise no processo de urbanização vinculado ao modo de produção capitalista e na análise do papel do Estado no desenvolvimento urbano. Lojkine divergia de Castells quanto ao papel da cidade, pois enquanto para Castells a cidade era o lugar de reprodução ampliada da força de trabalho, Lojkine via a cidade como uma forma de divisão social e territorial do trabalho (Moreira, 1999). Já para Gottdiener (1993), a produção social do espaço seria um processo onde as desigualdades socioespaciais são consequências da forma qualitativamente diferente pela qual as frações de capital em conjunto com o Estado se apropriam do espaço. Esta afirmativa baseava-se em princípios que se relacionam com o objeto desta pesquisa: primeiramente, os padrões espaciais produzidos envolvem forças econômicas, politicas e culturais dialeticamente ligadas. É preciso notar que, divergindo de algumas análises marxistas, Gottdiener não privilegiava o aspecto econômico, mas o colocava em equilíbrio de forças com os

aspectos políticos e culturais. Além disso, Gottdiener colocava a morfologia urbana dialeticamente ligada ao sistema capitalista. Desta forma, muitos dos padrões espaciais fogem ao controle do sistema, no sentido de utilização funcional do mesmo. Gottdiener admitia ainda o setor imobiliário como principal elemento de definição do desenho urbano, através da especulação imobiliária, onde quem lucrasse no setor imobiliário seria beneficiado com a forma que o assentamento assumisse. No entanto, nesta abordagem tanto o capital quanto o trabalho seriam obrigados a viver num ambiente difícil de controlar e cujos efeitos deletérios seriam perversamente mais agressivos para as classes economicamente desfavorecidas.

Finalmente, o enfoque analítico proposto neste estudo considera o Estado como importante agente, não neutro, na produção do espaço urbano. Deste modo, para a compreensão dos níveis de acesso ao lazer, pela população de Campos dos Goytacazes, assumi ser importante que se considere estes princípios, no sentido que uma maior ou menor variação destes níveis se dá através da morfologia urbana do município, com a localização dos bairros residenciais e distribuição das amenidades urbanas, onde as atividades de lazer promovidas pelo poder público municipal encontram-se intrinsecamente inseridas.

2.3. A CIDADE GLOBAL E AMENIDADES URBANAS

As cidades globais- caracterizadas por conexões interurbanas e por controle de mercados transnacionais através de uma infraestrutura de transportes, telecomunicações e serviços especializados e que, segundo Sassem (1991), designa uma nova ordem urbana, surge a partir da relação do fenômeno histórico de urbanização com o sistema econômico. Pode-se afirmar que o conceito de globalização é abrangente: não se limita a globalização de mercados financeiros, nem de produtos ou serviços. A globalização é um processo, ou melhor, vários processos que ganharam força, intensidade e velocidade não só pela disponibilidade das tecnologias de informação, mas pela disponibilidade mental, politica e cultural das pessoas em busca de acelerar as trocas, o intercambio de ideias, experiências, inovações e conhecimentos científicos e tecnológicos em todo o mundo (Fernandes

e Gomes,2000).

Esta relação determina o processo de desenvolvimento das cidades, submetendo-as às transformações político-econômicas globais que influenciam a estruturação territorial urbana e regional. Esta estruturação, então, refletiria o modo pelo qual as cidades estão inseridas dentro de um sistema econômico mundial. De forma geral, o processo de globalização diz respeito à nova necessidade dos centros urbanos em ter um amplo poder de competitividade de forma a atrair para si os importantes fluxos financeiros da economia globalizada. Estas cidades devem possuir a capacidade de atrair os atores desta economia, demandando uma nova conformação espacial e um novo padrão econômico, apoiado essencialmente no setor de serviços (Vainer, 2000).

Ramos (2002) distingue duas características dessas novas cidades: a primeira seria a concentração crescente de equipamentos e serviços coletivos, criando-se novas necessidades sociais e a segunda seria o modo peculiar de concentração do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho. Estas concentrações, ao mesmo tempo em que necessárias à acumulação e ao desenvolvimento do capital, também são geradoras de segregação socioespacial, desenhando um modelo de cidade que segrega, através da distribuição desigual de renda e serviços e excluindo aqueles que não se enquadram na ótica do mercado. Por outro lado, o crescimento das cidades possui mecanismos intrínsecos que caracterizam a nova ordem urbana. Em primeiro lugar a transformação do individuo em consumidor e a constante mudança nos gostos e desejos do individuo motivando a criação de novos nichos de mercado, incluindo o lazer. Estas mudanças de desejos e necessidades variam constantemente forçando uma mudança muito rápida na oferta de serviços, tanto do poder público como na iniciativa privada, e a uma sobrevalorização do lazer enquanto produto (Clark, 2002).

O crescimento das cidades, então, dá-se a partir da instalação de polos industriais em áreas urbanas provocando uma corrida de trabalhadores rurais, expulsos do campo, em direção à cidade. Consequentemente, esta explosão demográfica no espaço urbano transforma-se em um problema posto que estas não

se estruturaram no sentido de uma organização espacial e de distribuição de amenidades que garantam um mínimo de qualidade de vida a essa população crescente.

A amenidade, neste sentido, pode ser entendida como um conjunto de características específicas de uma localidade com a contribuição positiva ou negativa para a satisfação dos indivíduos, não estando restrita a características naturais, mas incluindo neste conceito os bens e serviços gerados pelo próprio homem, como transito, poluição e oferta de lazer. Deste modo, a ausência ou presença das amenidades urbanas interfere diretamente no bem-estar da população e na valorização de determinados bairros da cidade, imprimindo diferentes valores econômicos para cada bairro de acordo com sua maior ou menor concentração (Hermann,2003). Por outro lado, a concentração em pontos diferentes da cidade influencia fortemente no valor econômico destes locais.

Já a noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Deste modo, a qualidade de vida pode ser entendida como a possibilidade de melhor redistribuição - e usufruto - da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com menor grau de degradação e precariedade (Fapesp,2001). Deste modo, a ação do poder público na distribuição de amenidades positivas, como arborização pública e lazer, é um fator de forte influência na percepção do nível de qualidade de vida que uma cidade pode oferecer.

Esta nova ordem urbana estaria pautada nos princípios neoliberais da economia e consequentemente, é um modelo de cidade que segrega, através da distribuição desigual de renda e serviços e exclui aqueles que não se enquadram na ótica do mercado. A cidade globalizada, então, se configura como uma cidade excludente e que segrega indivíduos de acordo com sua classe social. Nesse sentido, a distribuição de serviços públicos de modo a atingir a todos os segmentos sociais é fundamental para se minimizar as distâncias sociais. Esta segregação socioespacial resulta das relações sociais capitalistas. Este modelo de cidade

negaria a possibilidade de um uso equitativo por todos os indivíduos na medida em que concentra os serviços públicos em determinados locais em detrimento de outros que sofrem com a escassez destes mesmos serviços. Para Rolnik (2000) seria preciso investir em uma politica anti-exclusão, organizando a heterogeneidade e fomentando a convivência entre indivíduos, diminuindo a segregação e as distâncias sociais.

Nesta direção, ainda que o município de Campos dos Goytacazes não esteja inserido dentro de um contexto de cidade global, na medida em que não atende as características primeiras de uma cidade globalizada como alto poder de decisão econômica e grande fluxo de capital, pode-se afirmar que é uma cidade que se estruturou espacialmente nos moldes ditados pelo capitalismo, com uma ocupação do espaço urbano em função da especulação imobiliária e consequente distribuição desigual de serviços públicos. Neste contexto, o lazer é visto como privilégio, transformando a cidade em caminhos até um lazer descontextualizado que não atenderia a essa nova necessidade da malha urbana. O lazer bem distribuído, ou ainda, inserido na vida comunitária poderia ser uma das possibilidades de diminuição dos efeitos da segregação urbana.

2.4. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

A configuração da cidade de Campos dos Goytacazes é resultante de todo um processo histórico, marcado por conflitos de interesses e de representações contínuas entre o urbano e o rural. De acordo com Faria (2001) o começo da constituição do município de Campos, no século XVIII, foi marcado por uma luta de interesses ocasionando conflitos que estimularam o estabelecimento da cidade propriamente dita, a construção de suas primeiras representações e a formação da sua sociedade.

Estes conflitos ocorreram, num primeiro momento, pela disputa de territórios entre a criação de gado e a atividade açucareira. Segundo Siva (2001) a ocupação

efetiva da região deu-se no ano de 1627 com a introdução da pecuária com o objetivo de abastecer a cidade do Rio de Janeiro e, em meados do século XVII ,foi implantado o primeiro engenho de produção de açúcar da região. O crescimento da pecuária e os engenhos embrionários estimulam a fixação da população na região, levando a que, em 1652, seja efetuada a primeira tentativa de se criar uma vila na região, que fracassou devido à oposição de poderosos proprietários de terra. Entretanto, ainda que o povoamento da cidade tenha-se iniciado com a criação de gado, pode-se afirmar que foi com a monocultura canavieira que se estabeleceu, realmente, uma população fixa na vila de Campos dos Goytacazes, elevada a categoria de cidade em 28 de março de 1835 (Pinto, 1987; Faria, 2001). Assim, os núcleos iniciais se fortaleceram com a implantação dos canaviais e da produção de aguardente e açúcar e embora desqualificada pela elite moradora da zona rural, o espaço urbano se desenvolvia e criava sua própria dinâmica. Além da atividade açucareira, outros fatores contribuíram para o estabelecimento espaço urbano campista incluindo-se as atividades comerciais, religiosas e administrativas (Faria, 2001).

No início do século XX, a ascensão da indústria açucareira, das grandes usinas em detrimento da produção dos engenhos, a abolição da escravatura e a instalação de indústrias de tecidos e outros, fizeram com que o espaço urbano seja modificado mais uma vez, atraindo parte da população rural para a cidade, que se instala na zona periférica. As mudanças ocorridas também nos meios de transporte favorecem a ocupação e a expansão do espaço urbano. A inauguração das linhas férreas, no final do século XIX, foi crucial para este crescimento, com os espaços passando a ser organizados de acordo com as estações. E assim, Britto (1943) descreve a cidade de Campos, no início do século XX, como uma cidade contraditória: apesar de dotada de alguns serviços essenciais - como transporte público, iluminação pública e distribuição de água potável - persiste nela um estado de carência e precariedade, principalmente nas novas áreas ocupadas da periferia.

Também Pereira Nunes, em seu relatório de 1902[13], fala sobre a conformação da cidade:

13 In: Brito,Saturnino. Obras Completas, Saneamento de Campos. Vol.VI.Imprensa Nacional,1943

> Os velhos pardieiros, que ainda hoje por aí se ostentam, fruindo pingues alugueis das classes operárias, são frisante atestado de nossas alegações, flagrante vergonhoso da tolerância da higiene local que sanciona criminosamente a legitimidade do direito dos proprietários, pouco escrupulosos, exploradores conscientes da indústria ilícita de alugar mansardas úmidas e inabitáveis, covis mortíferos pagos com o suor das próprias vítimas. Acreditamos que a organização de um serviço regular de higiene municipal, mantida a continuidade administrativa indispensável ao objetivo almejado, conseguirá muito no sentido do saneamento gradual dos domicílios, educando o povo par as necessidades e exigências da higiene na vida dos centros populosos.

Deste modo, Campos dos Goytacazes, assim como todas as cidades que se industrializaram neste período, também sofreram com os inúmeros problemas oriundos da tomada da cidade por uma massa de trabalhadores vindos da zona rural e com o crescimento desenfreado da população. Pinto (1987) afirma que no final do século XIX, a população urbana campista era três vezes menor que a população rural e já na primeira década do século XX esta proporção[14] caiu para pouco mais de uma vez e meia. Comparando-se a população de 1880 com a população de 1920, percebe-se que a zona urbana cresceu 4,9% enquanto a zona rural cresceu somente 1,16%[15].Os problemas de insalubridade e epidemias constantes, então, provocaram a necessidade de uma intervenção do poder público. Faria (2000) observa que, no princípio do século XX, as forças da natureza, as complicações imprevistas como enchentes e o agravamento da insalubridade, pelo crescimento da população que foi impulsionada em direção às áreas pantanosas e insalubres impediu uma ação mais concreta no sentido de aplicação de um projeto de cunho sanitarista, elaborado por Saturnino de Brito.

O projeto de Brito previa obras diversas como aberturas de ruas, construção de sistemas de esgoto, praças e jardins, cemitério, saneamento de canais e escoamento das águas transbordantes das lagoas. Além disso, há uma clara preocupação com o embelezamento da cidade, prevendo a criação de jardins e parques verdes nas áreas centrais. A previsão de construção de parques e jardins, para Britto, não denotava nenhuma preocupação com o lazer em si. Antes era uma questão puramente higienista e estética. Além de sanear as cidades tomadas pelas

14 Não considerando a região de Guarus, classificada nesta época como zona rural. Fonte: Pinto,1987
15 Já considerando Guarus como zona urbana. Fonte: Pinto,1987.

epidemias, Brito imprimiu a elas um padrão estético moderno, com formas urbanas próprias.

Apesar de não ter sido implementado totalmente, o projeto de Britto serviu de base para as ações promovidas pelo então prefeito Salo Brand, no que concernia ao saneamento das ruas e canais. Por outro lado, Brand encomendou um projeto de urbanização ao engenheiro Coimbra Bueno, que já incorporava os princípios da corrente urbanista progressista. Coimbra Bueno possuía uma clara preocupação com o embelezamento e a renovação apoiados no funcionalismo da *city planning* e da engenharia urbana. A cidade deveria ter suas funções bem regularizadas, bem distribuídas a partir de uma racionalidade aliada à beleza, uma divisão racional e funcional do espaço urbano em setores bem definidos que, entretanto, terminava por manter a ordem e a estética burguesas, pois mesmo com todo este esforço, nem a situação da cidade, nem as condições de vida das populações pobres foram realmente modificadas (Faria, 2000). O projeto de Coimbra Bueno também não foi implementado em sua totalidade, embora, segundo Faria (2000) pode-se observar que as intervenções ocorridas no espaço urbano do município seguiram as orientações por ele estabelecidas.

Entretanto, apesar de prever a expansão da cidade com o planejamento de novos bairros e integrar os bairros periféricos como o Turfe, Saco e Matadouro, além de parte de Guarus, o projeto de urbanização de 1944 não pode, e provavelmente, não tinha por objetivo, evitar o estabelecimento da segregação[16] socioespacial no município. Além disso, a preocupação maior era o embelezamento da parte central da cidade. Segundo Povoa (2002), Campos passou a apresentar, então, uma dupla configuração: um centro urbanizado, saneado e esteticamente burguês e os bairros periféricos, ocupados por trabalhadores pobres, desprovidos de saneamento e de outros serviços de infraestrutura básica.

16 O conceito de segregação é entendido aqui como um processo no qual, grupos de renda distintos ,tendem a se concentrarem em diferentes regiões da cidade ou grupos de bairros, estando diretamente relacionado com o capital imobiliário e com o processo de tratamento desigual do Estado no provimento dos serviços. (Villaca,1998;Rolnik,1998,Maricato,1997)

Após o plano de 1944, a cidade de Campos sofreu nova tentativa de resolução de seus problemas urbanos. Na gestão do prefeito Raul Linhares Correa foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano, mais precisamente em 1978. Este plano foi concebido como um instrumento de ordenamento do uso do solo urbano. Além dos aspectos normativos o Plano pretendia criar condições para o crescimento urbano e para a solução de problemas de ordem político-administrativo como melhorias no sistema viário, aumento de áreas de lazer e incremento de serviços públicos. O projeto apresentava um completo levantamento da cidade e já constatando, em 1978, a existência de 19 favelas na área urbana do município. Atualmente, segundo o Observatório Sócio-Economico do Norte Fluminense, o município de Campos possui 32 favelas.

Em 1990, a Câmara de Vereadores aprova o Plano Diretor Urbano que prevê uma urbanização das Áreas de Especial Interesse Social, ou seja, áreas de ocupação irregular e usos predominantemente residenciais, dentro da malha urbana e que são reconhecidas como favelas (PMCG, 1990). De acordo com o Plano Diretor Urbano, as Leis de Zoneamento e Uso de Solo, de Parcelamento do solo e o Código de Obras devem obedecer ao Plano de Desenvolvimento Físico Territorial Urbano de Campos, de 1979. Entretanto, mais de 30 anos após a sua elaboração, ele ainda não foi todo executado. Além disso, o Plano Diretor previa uma revisão a acontecer em 1992 e que, entretanto, não se realizou (Povoa, 2002).

De acordo com Pinto (1987), por seguir a forma essencial de povoamento, o espaço urbano tende a valorizar o centro, pois era ali que moravam os senhores abastados, onde existiam os solares, o comércio, as casas dos burgueses, a intelectualidade; as atividades culturais e artísticas, além do comando jurídico da cidade. O fortalecimento do centro, com infraestrutura adequada a cada época, denota uma estratégia da elite estabelecida para afirmação de seu poder local. Por sua vez, a periferia da cidade viria a ser ocupada pela população pobre, oriunda da zona rural, e que era alijada de usufruir as benesses trazidas pela modernização da cidade. No traçado urbano atual de Campos pode-se então observar todas as representações e contradições presentes na história de sua formação.

Em suma, à luz destas representações da evolução do espaço urbano campista, se apresenta como fundamental analisar as políticas de lazer implementadas pelo poder público municipal, especialmente no que se refere ao papel que tais politicas podem estar exercendo na manutenção, ou mesmo na superação, do seu padrão historicamente segregado.

CAPÍTULO 3.METODOLOGIA

3.1.O Cenário da Pesquisa

Este estudo parte de investigação empreendida junto a população frequentadora dos projetos “Viva Melhor, Viva Música” e “Musculação para Todos”. Estes projetos estão localizados no Jardim São Benedito e Lagamar, em períodos distintos: no período de março a dezembro o projeto “Viva Melhor, Viva Música” é realizado no Jardim São Benedito e no período de janeiro e fevereiro no Lagamar, situado no distrito de Farol de São Thomé, área litorânea do município e o projeto “Musculação para Todos” acontece tanto no Jardim São Benedito quanto no Farol de São Thomé.

Figura 02 - Vista do Palco do Jardim São Benedito

O Jardim São Benedito está localizado entre as ruas Conselheiro Otaviano, Marechal Floriano, Saldanha Marinho e Marechal Deodoro no centro da cidade de Campos, tendo em frente a Igreja de São Benedito. Constitui-se em um jardim cercado e abrangendo diversas áreas como playground (com brinquedos pagos e gratuitos), quadras poliesportivas, pistas de skate, quadras de areia para vôlei e futebol, a Academia Campista de letras, a Academia a Céu Aberto (onde é

executado o projeto “Musculação Para Todos”). Possui também cercados com alguns animais, um bar, um quiosque e um restaurante. O projeto “Viva melhor, Viva Música” ocorre aos domingos com shows de Musica Popular Brasileira, às 11:00 da manhã. Já o projeto “Musculação para Todos” acontece de segunda a sexta feira, das 6:00 h às 21:00 h.

Figura 03-Localização do Jardim São Benedito

O Lagamar está localizada a 3,5 km do Centro de Farol de São Thomé e a cerca de 50 km do centro urbano do município. O Lagamar consiste num ecossistema de lagoa sendo responsável pela drenagem das águas da microbacia daquela região de baixada litorânea, onde desembocam o córrego Pancráceo ou rio Bragança e o canal do Quitinguta. O primeiro drena área de brejo e restinga e recebe outros rios em seu curso. O segundo, é um canal artificial extenso, que drena também a área de brejo e restinga adjacente que começa no Rio Paraíba do Sul, próximo à localidade de São Domingos, desembocando no Lagamar. Desta lagoa, sai o rio dos Viegas ou canal São Bento que remete o volume d'água para as proximidades da antiga ilha da Carapeba, onde hoje é formado o mangue da Carapeba, sendo assim mais conhecido. Portanto, o Lagamar tem influência direta nas condições deste ecossistema de mangue, já que abastece tal área com o seu

volume d'água (Semandec)'.[17]

Figura 04 -Localização do Lagamar

O Lagamar sempre foi utilizado para lazer pelos campistas e foi urbanizada no ano de 2000, recebendo uma infraestrutura com quiosques e um palco para shows.. É uma área com *status* de Área de Preservação Ambiental, outorgada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Figura 05-Vista aérea do Lagamar, mostrando a infraestrutura construída pela PMCG

17 Secretaria de meio ambiente da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

3.1.2 O Contexto Municipal

Campos dos Goytacazes pertence à Região Norte Fluminense, composta ainda pelos municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

O município de Campos dos Goytacazes tem uma área[18] total de 4.040,6km² correspondentes a 41,4% da área da Região Norte Fluminense. De acordo com o censo de 2000[19],Campos dos Goytacazes tem uma população de 406.989 habitantes, correspondentes a 58,3% do contingente da Região Norte Fluminense, com uma proporção de 93,5 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica é de 100,7 habitantes por km²,contra 71,4 habitantes por km² da região. O município apresentou uma taxa[20] média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 0,86% ao ano, contra 1,46% na região e 1,28% no Estado. Sua taxa de urbanização corresponde a 89,5% da população, enquanto, na Região Norte Fluminense, tal taxa corresponde a 85,1% (TCE-RJ).

A principal atividade econômica do município é o extrativismo mineral, sendo o principal a extração do petróleo, além da indústria sucroalcooleira e atividades terciárias (Silva, 2001). Historicamente, a economia campista sempre esteve atrelada à lavoura canavieira e à produção de açúcar , sofrendo diversas crises ao longo do século XX, o que levou a um êxodo rural contínuo e crescente de trabalhadores rurais que vinham para a cidade em busca de trabalho. Estes trabalhadores fixavam-se na periferia constituindo, assim, as primeiras favelas de Campos. Com a implantação do Proalcool[21] a indústria canavieira recebe um novo impulso para o seu crescimento. Entretanto, cerca de uma década depois entra novamente em processo de declínio e estagnação com a crise da indústria açucareira e o fim do Proalcool. Por outro lado, há um crescimento das favelas saltando, entre 1980 e 1996 de 13 para 32 favelas[22], confirmando-se estes números

18 IBGE/CIDE-2001.
19 IBGE-Censo Demográfico de 2000
20 CIDE-com base nos resultados preliminares do Censo 2000.
21 Proalcool,Programa Nacional do Alcool,definido em novembro de 1975 e acelerado a partir de julho de 1979,foi uma tentativa do governo brasileiro de desenvolver fontes alternativas para gerar energia líquida. Esse programa federal, administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da CENAL- Comissão Executiva Nacional do Alcool-tinha por objetivo o aumento da produção de safras agroenergéticas e a capacidade industrial de transformação, visando a obtenção de álcool para substituir o petróleo e seus derivados, em especial a gasolina (Oliveira e Neto,2001).
22 Fonte:Jornal Folha da Manhã,19/10/2003

no Censo 2000. Ao mesmo tempo, há um crescimento do número de condomínios fechados com alto valor imobiliário convivendo lado a lado com as favelas.

Ao final do século XX, com a descoberta da bacia petrolífera, o município recebe um novo impulso para o crescimento da sua economia. A partir da Lei N° 9.478/97, os royalties tornaram-se uma das principais fontes de recursos não tributários do Estado, contribuindo de forma significativa para a receita de alguns municípios entre estes, o Município de Campos dos Goytacazes. A Lei do Petróleo, sancionada em 6 de agosto de 1997, representou um marco na politica energética brasileira, tanto pela flexibilização do monopólio da exploração e produção do petróleo, como pelo aumento da importância conferida aos royalties (Navarro,2003). E a partir do ano de 2000, Campos passa a receber recursos provenientes do Royalties que incrementa significativamente o orçamento municipal, chegando a configurar como principal receita do município. Neste Período, já estava em curso a gestão do atual Prefeito Sr. Arnaldo Vianna, que assumiu em 1998 quando era vice-prefeito, após Anthony William Matheus de Oliveira, ou Anthony Garotinho, deixou o cargo para concorrer ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Arnaldo Vianna, então, está no comando do município desde 1998, tendo sido reeleito em 2000. De acordo com o documento da ONG Cidade 21 Campos é uma cidade que ficou rica em função da presença do Petróleo responsável por aproximadamente 60% do orçamento de 2002, que passou de 83,1 milhões de reais em 1998 para cerca de 434 milhões em 2002.

3.2. A População Amostrada

A população do estudo foi constituída de 100 indivíduos frequentadores dos locais escolhidos para a pesquisa, sendo 52 entrevistados no Jardim São Benedito e 48 no Lagamar. A amostra foi escolhida de forma aleatória no próprio local da pesquisa. Para a amostra colhida no projeto “Viva Melhor, Viva Música” fez-se a entrevista cerca de 2h antes do shows. Para a amostra colhida no projeto “Musculação Para Todos” fez-se entrevistas em horários alternados para alcançar a maior diversidade possível de entrevistados.

3.3. Estratégia de Coleta de Dados

Foram utilizadas três formas de coleta de dados: questionários aplicados a população frequentadora dos locais selecionados, entrevistas com informantes principais e coleta de dados secundários.

3.3.1.Questionários

Os questionários (anexo 01) foram elaborados no sentido de coletar dados junto a população sobre a percepção de acessibilidade ao lzer, através de questões que se basearam no grau de satisfação da população pesquisada sobre a oferta de lazer pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, assim como grau de satisfação quanto as vias de acesso, quanto a qualidade e quantidade de espaços de lazer existentes no bairro do entrevistado, além de variáveis como renda e grau de instrução.

Também foi solicitado aos entrevistados que dessem 5 sugestões para a formulação de políticas de lazer para o município.

3.3.2.Entrevistas com Informantes Principais

As entrevistas foram elaboradas com o objetivo de se estabelecer o entendimento de lazer dentro da administração municipal e foram realizadas com dirigentes municipais ligados ao lazer. Em um primeiro contato fez-se uma reunião na sede da Secretaria de Planejamento, convocada pelo Sr. Sidney Salgado, Gerente do Centro de Informações de dados de Campos - CIDAC, com dirigentes envolvidos na formulação de políticas de lazer. A partir dessa reunião foram realizadas entrevistas com o Gerente de Esporte e Lazer - Sr. Nilson Maria; com o Presidente, à época da entrevista, da Fundação Zumbi dos Palmares - Sr. Luiz Carlos Gama; com o Coordenador administrativo do Projeto “Musculação Para Todos”- Sr. Nélson Mémeia; com a Presidente da Associação de Proteção a Infância de Campos - Sra. Lédea Maria Soares de Cavalcante Lima ; com a Gerente Cultural- Sra. Euline Alves e com a Coordenadora de Divulgação do Teatro Trianon - Sra. Angélica Paes.

Tentou-se entrevistar o presidente da Fundação Municipal de Esportes Sr. Luiz Carlos Beda, entrevista marcada, várias vezes, mas não realizada. Também houve tentativas de entrevistar o Sr. Luiz Carlos Puglia, secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal, sem que lográssemos êxito.

Das seis entrevistas realizadas destacamos quatro, especificamente aquelas realizadas com os dirigentes diretamente ligados aos projetos pesquisados: Sr.Nilson Maria, Sr. Nélson Mémeia; Sra. Euline Alves e Sra. Angélica Soares.

As entrevistas foram orientadas no sentido de obter-se as seguintes informações:

- Como ocorre o planejamento do lazer dentro da Prefeitura;
- Quais os critérios adotados na aprovação dos projetos de lazer submetidos a aprovação da Prefeitura;
- Qual o entendimento de lazer presente na Prefeitura;
- Qual o critério adotado pela Prefeitura na distribuição do lazer no município de Campos.

3.3.3.Coleta de dados secundários

A coleta de dados secundários concentrou-se na obtenção de legislação pertinente ao assunto, cópia do orçamento municipal aprovado pela Câmara de Vereadores e disponibilizado pela ONG Cidade 21, relativ0 ao exercício de 2002 assim como matérias publicadas em jornais e revistas de circulação local, estadual e nacional. Além disso, foram feitas coletas de dados junto a quatro imobiliárias do município: Joffre Imóveis, Pedro Paulo Imóveis, Marins Imóveis e Plena Imóveis. Durante a pesquisa foi utilizado a Lei Orgânica Municipal, o Plano Diretor Urbano e o Orçamento Municipal relativo ao ano de 2002.

3.4.Procedimentos Analíticos

3.4.1.Questionários

Os dados coletados através dos questionários foram tabulados dentro do Programa SPSS/10.0 for *Windows*, no qual foram organizados em gráficos e tabelas. Fez-se o teste do *chi quadrado* para verificar a significância estatística entre os resultados obtidos.

3.4.2.Entrevistas com Informantes Principais

As entrevistas com os informantes principais foram gravadas e ouvidas duas vezes. Na primeira vez, as fitas foram transcritas em sua totalidade. Na segunda vez, o esforço foi para verificar se o conteúdo da fita (i.e. fatos fornecidos, bem como percepções do entrevistado) havia sido transcrito corretamente. Os textos gerados pela transcrição das entrevistas foram examinados para identificar dados fornecidos por entrevistado.

A análise foi desenvolvida com base na metodologia de análise de conteúdo, utilizando técnicas de análise categorial, e de avaliação e expressão (Bardin,1977; Minayo, 2000). Os passos metodológicos utilizados foram:

- Pré-análise e constituição do corpus: 06 entrevistas
- Verificação de normas de validade: exaustividade, homogeneidade e representatividade. Nesta fase foram eliminadas 02 entrevistas, por problemas de representatividade;
- Leitura flutuante individual;
- Leitura transversal e início de codificação
- Formulação de pré-hipóteses e codificação. A unidade de contexto utilizada aqui foi a entrevista como um todo.

Foram estabelecidas as seguintes categorias:

- ·O planejamento do lazer
- .Critérios de distribuição do lazer
- Critérios de aprovação de projetos
- Objetivos dos projetos de lazer
- Significado do lazer

CAPÍTULO 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1.APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção caracterizei os locais de pesquisa, apresentando e descrevendo o Jardim São Benedito e o Lagamar. Na segunda parte, tracei o perfil socioeconômico da amostra, diferenciando-a quanto ao local de coleta de dados. Na terceira seção deste capítulo, fiz um diagnóstico da acessibilidade ao lazer pela população amostrada a partir das respostas obtidas. Na quarta seção, discuto o conceito de lazer presente na esfera pública, e suas implicações no que diz respeito à oferta e distribuição do lazer, no município de Campos dos Goytacazes. E, por fim, faço uma análise dos níveis de acessibilidade e suas relações com a localização socioespacial do lazer.

4.1.1.Caracterização dos Locais de Pesquisa

Para a coleta de dados entre membros da população campista foram escolhidos dois locais espacialmente distantes, mas que exercem praticamente a mesma função em períodos diferentes: o Jardim São Benedito, localizado na região central da área urbana de Campos e o Lagamar, que se localiza a cerca de 3,5 km do centro de Farol de São Thomé e a 50 km da área urbana de Campos dos Goytacazes. No período de Março a Dezembro, no Jardim São Benedito é realizado o projeto " Viva Melhor, Viva Música" e o projeto "Musculação Para Todos". No período de Janeiro a Março estes projetos são realizados no Lagamar. Além destes projetos, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) também realiza os projetos "Jardim in Concert", na Praça do Liceu e o "Meu Brasil Brasileiro", na praça Santo Antônio, em Guarus. Devido à impossibilidade de tempo para conduzir a coleta de dados em todos estes locais para se fazer um levantamento em todos estes locais, optou-se pela coleta de dados no Jardim São Benedito e no Lagamar.

Dois motivos distintos explicam esta opção: primeiro por sua localização central e concentração de investimentos financeiros no projeto "Viva Melhor, Viva Música" e segundo por concentrar, também, possibilidades de prática de atividades

poliesportivas. Como resultado das visitas a estes locais, foram aplicados 52 questionários no Jardim São Benedito e 48 no Lagamar.

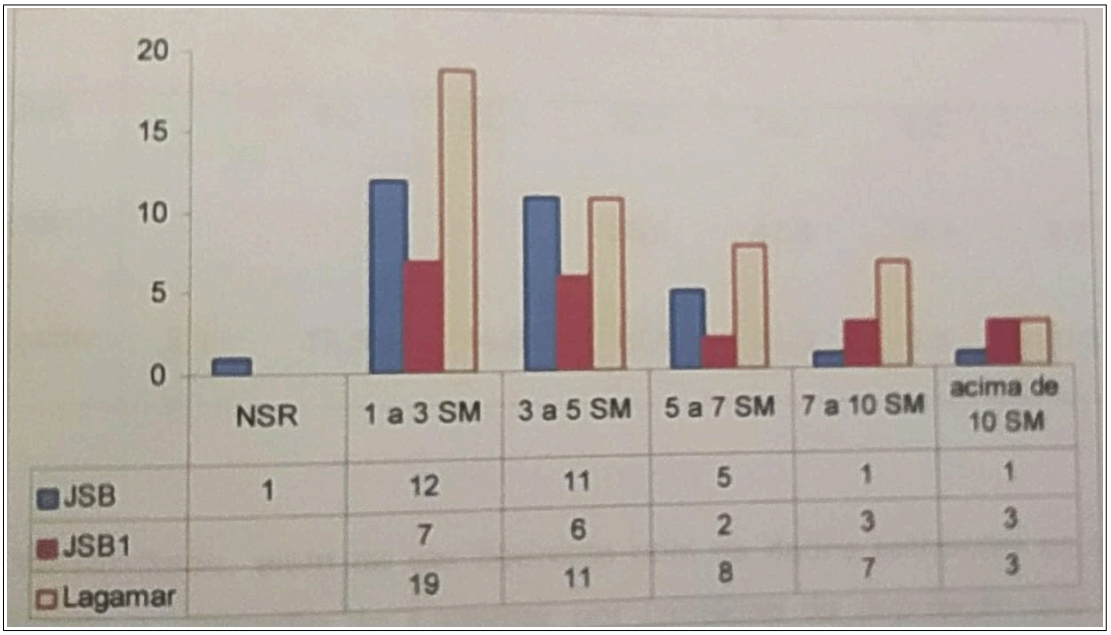
Do ponto de vista físico, o Jardim São Benedito inclui diversas áreas internas específicas, onde existem quadras poliesportivas, para a prática de vôlei de areia, pistas para a prática de skate, um playground com brinquedos gratuitos, um mini-parque com brinquedos pagos, uma academia de musculação, palco para shows e bares e restaurantes. Além disso, o Jardim São Benedito possui um cercado com alguns animais como patos, gansos e coelhos. Por outro lado, o Lagamar é uma ponta de uma lagoa que está próxima ao oceano e que sempre foi utilizada para lazer pelos campistas. Após a urbanização feita pela PMCG em 2000, o Lagamar possui quiosques e um palco para shows. As obras de infraestrutura ali realizadas pela PMCG estão em contradição direta com o status de área de proteção ambiental (APA) que foi outorgada pelo próprio poder público municipal.

4.1.2.Perfil Socioeconômico da População Amostrada

Apesar de parte dos questionários terem sido aplicados no Jardim São Benedito, é preciso indicar que foi feita uma diferenciação na tabulação dos dados referentes a este local. O que se convencionou denominar de JSB se refere aos questionários aplicados durante a semana aos freqüentadores da academia de musculação, praças de esporte e playground do Jardim São Benedito. Em relação aos dados coletados nos finais de semana, durante os shows do “Viva melhor, Viva Música”, convencionou-se chamá-los de JSB1. Esta diferenciação se fez necessário na medida em que são ofertadas possibilidades de lazer com propostas bem diferenciadas no mesmo espaço físico, e atingindo diferentes públicos como ficará demonstrado na discussão dos dados.

De acordo com os resultados obtidos com o nível de renda está concentrado na faixa de um a três salários-mínimos, em ambos os locais de coleta. Ao se somar faixa que vai de três a cinco salários-mínimos, o percentual acumulado salta para mais da metade da população amostrada, sendo 69% no Jardim São Benedito e 62% no Lagamar. Estes resultados indicam que mesmo sendo os dois locais distintos em suas características físico - funcionais e de estarem distantes cerca de

50 km, o público frequentador, em sua maioria, se encontra numa mesma faixa de renda (Figura 6).



	NSR	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 7 SM	7 a 10 SM	acima de 10 SM
JSB	1	12	11	5	1	1
JSB1		7	6	2	3	3
Lagamar		19	11	8	7	3

Figura 6. Renda Média Por Local de Entrevista

Por outro lado, a amostra do Lagamar indica ainda a afluência mais significativa de indivíduos que estão nas faixas salariais de 7 a 10 SM e acima de 10 SM. Este resultado pode estar associado ao fato de que o Lagamar encontra-se na principal praia do município de Campos dos Goytacazes, e que além das dependências balneárias do Lagamar conta uma infraestrutura de shows durante todo o período do verão.

Quanto ao grau de instrução, há uma variação marcante entre os pesquisados. No JSB1 a maioria dos entrevistados possui o 2° Grau completo não havendo ocorrência de indivíduos que não possuam pelo menos o primeiro grau completo. No JSB a maioria dos entrevistados declarou-se possuidor de 1° e 2° Graus, sendo este último incompleto. Este dado é explicado pelo fato de que a maioria frequentadora da Academia do Jardim São Benedito esteja numa faixa etária que vai dos 15 ao 24 anos, como mostrado na tabela 02. Já no Lagamar houve uma grande diversidade de ocorrências, sendo a grande maioria também de 2° Grau

completo. No Lagamar também foi registrada a maior ocorrência de indivíduos com 3° Grau Completo.

Tabela 1. Grau de Instrução da Amostra Por Local de Entrevista

	Sem Instrução %	1° Grau Incompleto %	1° Grau Completo %	2°Grau Incompleto %	2°Grau Completo %	3° Grau Incompleto %	3° Grau completo %
JSB		9,6	32,3	32,3	16,2	9,6	
JSB1				28,6	47,6	19,1	4,7
Lagamar	2,1	12,5	14,6	10,4	31,3	8,3	20,8

Este resultado, além de ser coerente com os dados referentes ao nível de renda, denota a utilização do Lagamar por camadas da população que não se coadunam com a noção corrente que reporta o Lagamar como uma área urbanizada em prol do lazer das camadas menos favorecidas da população campista. No que se refere à idade dos participantes da pesquisa, os dados indicam uma variação entre 16 e 70 anos, com predominância de indivíduos na faixa que vai até 24 anos, principalmente na amostra coletada na Academia do Jardim São Benedito,61,3% dos entrevistados estão nesta faixa. Já no Lagamar, as faixas predominantes são a de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos, que representam 25% e 29,2 %, respectivamente (Figura 02). Estes dados indicam que os freqüentadores do Jardim São Benedito colocam-se em faixas mais jovens que os freqüentadores do Lagamar, o que revela que o fator etário é componente importante nas escolhas sobre o local e o tipo de lazer do campista.

Tabela 2. Faixa Etária da Amostra Pesquisada

	JSB1%	JSB%	Lagamar%
15-24 anos	42,9	61,3	12,5
25-34 anos	8,6	22,5	25,0

35-44 anos	9,5	6,5	29,2
45-54 anos	9,5	3,2	18,8
55-64 anos	9,5	6,5	10,4
65-74 anos			4,1

Outro elemento relevante relaciona-se à capacidade econômica da população estudada. Ao identificar os indivíduos que se declararam como trabalhadores ou não se percebeu que cerca de 65% dos indivíduos pesquisados possuem um trabalho remunerado e que trabalham, em média, entre 31 e 48 horas semanais. Um dado igualmente importante foi a identificação de que cerca de 70% daqueles que trabalhavam declararam exercer uma jornada semanal de trabalho entre 40 e 84 horas, o que se apresenta como significativa quando se detecta a procura por atividades de lazer (Tabela3).

Tabela 3. Indivíduos Trabalhadores/ Horas de Trabalho Semanais

Horas semanais de Trabalho do entrevistado	**Não Trabalha**	**Trabalha**	
	35		
09h-12h		4	
13h-20h		5	
21h-39h		10	
40h-44h		26	
45h-50h		13	
51h-84h		6	
Não Sabe		1	
Total	**35**	**65**	**100**

Outro dado importante em relação à capacidade econômica dos entrevistados é o fato de que 35% declararam-se como não trabalhadora. Como pode ser verificado anteriormente, dentre os indivíduos que não trabalham a ocorrência maior é de estudantes que frequentam a Academia do Jardim São Benedito. Já o segundo grupo de maior ocorrência é o de aposentado, em sua maioria frequentadora do Lagamar. Este dado se mostra significativo no quadro da população amostrada, pois se percebe que há uma clara distinção na escolha dos locais e tipo de lazer em função da ocupação do individuo (Tabela 4).

Tabela 4. Indivíduos Não Trabalhadores por Local de Entrevista

Situação	Local da Entrevista		
	JSB	**JSB1**	**Lagamar**
Não declarou	03		
Aposentado	02	02	06
Dona de Casa	02	01	02
Estudante	05	06	01
Desempregado	01	01	02
Total	13	10	12

4.1.3 Origem Espacial dos Entrevistados

Os dados obtidos indicam que há uma clara variação da origem espacial dos entrevistados, de acordo com o local da entrevista (Tabela 5). Enquanto no Lagamar houve uma presença significativa de indivíduos oriundos dos distritos, os quais não tiveram um único registro no Jardim São Benedito. Tal fato provavelmente se explica devido à proximidade de alguns distritos localizados na baixada campista em relação ao Lagamar.

Tabela 5.Bairros de Origem por Local de Entrevista

Local da Entrevista	Bairros de Origem
JSB	Caju; Calabouço; Estrada Codin; Jardim das Acácias; Lapa; Nova Brasília; Nova Campos; Novo Jockey; Parque Aurora; Parque Cidade Luz; Parque Leopoldina; Parque

	Santa Rosa; Parque São José; Parque Santo Antônio; Parque São Caetano; Penha; Tapera; Vila Menezes.
Lagamar	Baixa Grande; Campo Limpo; Codin; Farol de São Thomé; Goytacazes; Horto; Jardim Flamboyant; Lagamar, Nova Goytacazes; Parque João Maria; Parque Maciel; Parque Prazeres; Parque Santo Antônio; Parque Tamandaré; Saturnino Braga; Transmissor, Tocos; Travessão; Vila do Sol: Ururaí.
Ambos	Alphaville; Centro; Flamboyant; Guarus; IPS: Jardim Carioca; Matadouro; Pecuária; Parque Tarcísio Miranda; Jockey Club; Parque Califórnia; Turfe Club.

Os bairros que aparecem nos questionários foram classificados de acordo com o valor médio de m^2 de terreno não construído. Percebe-se que a maioria dos entrevistados é oriunda de bairros cujo valor médio de m^2 inferior a 50 reais. Estes dados estão em concordância com a faixa de renda declarada predominante no escopo de entrevistas, que varia de 01 a 05 salários-mínimos. O bairro de maior valor, na área urbana do município, é o Centro, com m^2 de R$ 333, 33, e os de menor valor são os bairros Santa Rosa e Codin, com valor de RS 11,11 o m^2.

Tabela 6. Relação de Bairros com valor de m^2 (ordem crescente)

Bairro	Valor médio[23] R$	Valor m^2 R$
Baixa Grande(33)	3.000	8,33
Pq. Santa Rosa(28)	4.000	11,11
Codin(29)	4.000	11,11
Matadouro(19)	5.000	13,88
Calabouço(30)	5.000	13,88
Pq. Prazeres (25)	6.000	16,66
Novo Jockey(13)	8.000	22,22
Penha(14)	10.000	27,77
Travessão(32)	10.000	27,77
Goytacazes(16)	12.000	33,33
Pq. Imperial(15)	15.000	41,66
Pq. São José(26)	15.000	41,66
Pq. Guarus(27)	15.000	41,66
Pq. Aurora(6)	20.000	55,55
Jockey Club(12)	20.000	55,55
Nova Brasília(22)	20.000	55,55

23 Terreno não construído com 360 m^2

Pq. Santo Antônio(31)	20.000	55,55
IPS(7)	25.000	69,44
Caju(20)	25.000	69,44
Parque São Caetano(4)	30.000	83,33
Turfe Club(9)	30.000	83,33
Pecuária(23)	30.000	83,33
Jardim Carioca(24)	30.000	83,33
Lapa(2)	35.000	83,33
Parque Santo Amaro (5)	35.000	97,22
Alphaville(8)	35.000	97,22
Pq. Tarcísio Miranda(11)	35.000	97,22
Parque Califórnia (17)	35.000	97,22
Pq. Leopoldina(21)	40.000	111,11
Horto(18)	45.000	125,00
Flamboyant(10)	50.000	138,88
Parque Tamandaré (3)	60.000	166,66
Centro(1)	120.000	333,33

Fonte: Joffre Imóveis, Meta Imóveis, Pedro Paulo Imóveis e Marins Imóveis

Os bairros são cotados do maior valor para o menor valor imobiliário a partir do Centro, salvo os bairros Flamboyant e Horto que se situam numa faixa de valor maior que o seu entorno. Uma outra observação importante é o fato de que, num mesmo bairro, são atribuídos valores diferentes de acordo com algumas peculiaridades como proximidade a praças, favelas ou outras amenidades, como é o caso do Bairro do Horto e do Caju (Figura 07).

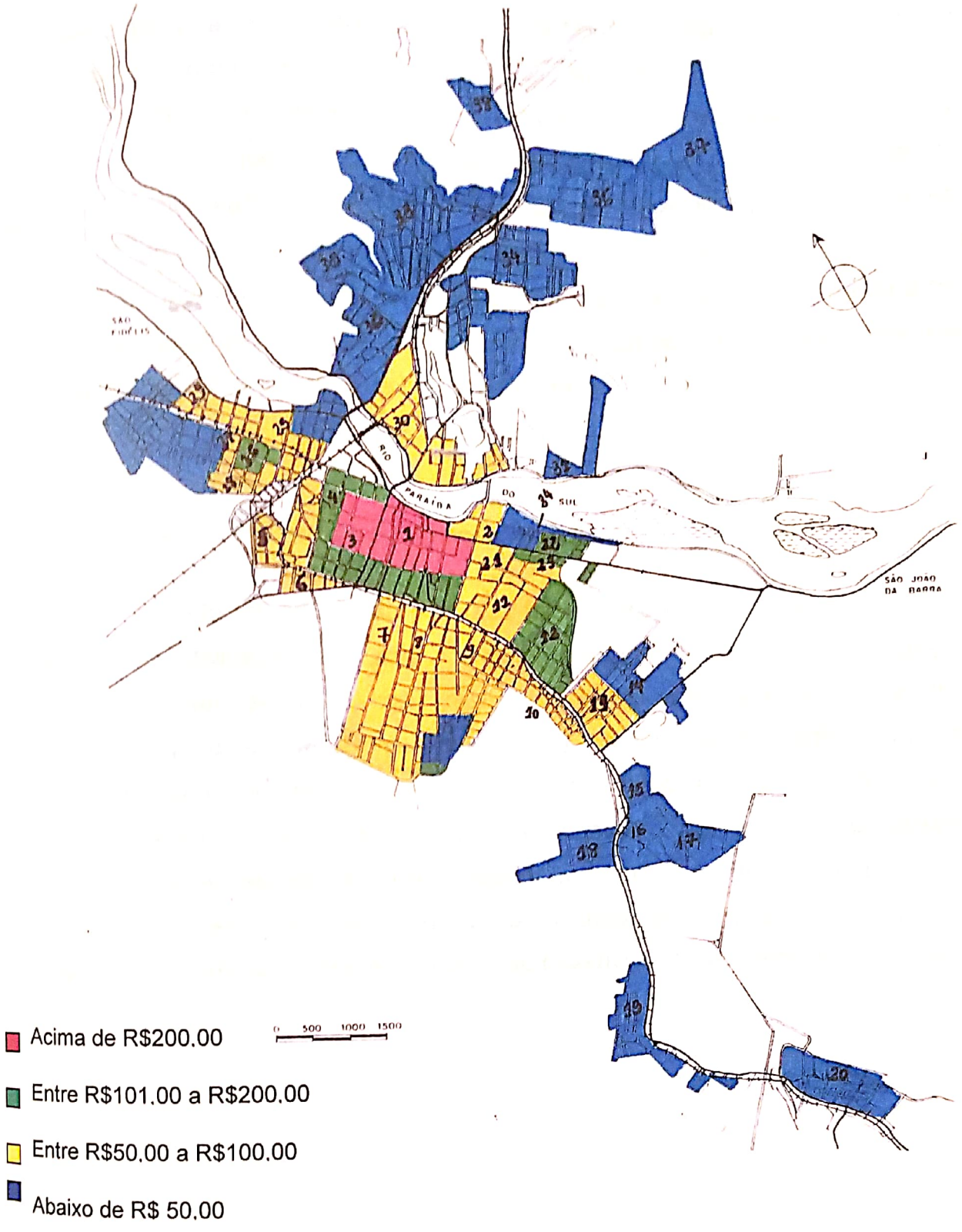


Figura 07 – Mapa de bairros do município de Campos dos Goytacazes

Outro fator relevante é a concentração de uma estrutura de shows no período do verão o que atrairia indivíduos moradores de bairros distantes com facilidade de locomoção. Por outro lado, no Jardim São Benedito houve ocorrência de bairros tanto afastados, porém dentro da zona urbana, como próximos do local. Estes resultados indicam que por suas localizações específicas, o JSB e o Lagamar acabam atraindo usuários que estão próximos espacialmente ou que se dispõem a investir no processo de transporte, especialmente no caso do Lagamar. Esta hipótese é reforçada pelas evidências obtidas nas variáveis de nível de renda e nível escolar que apontam um uso preferencial do Lagamar pelos segmentos mais abastados, ainda que oriundos de bairros distantes.

4.1.4 O Conceito de Lazer e a População Amostrada

Um aspecto importante da pesquisa foi a busca de estabelecer as funções atribuídas às atividades de Lazer. Neste sentido, foram identificadas funções atribuídas às atividades de lazer realizadas pelos entrevistados. Seguindo a classificação proposta por Dumazedier(1979), as funções específicas do lazer podem ser concentradas em três categorias: descanso, prazer pessoal e desenvolvimento físico-mental. A partir da análise das repostas foi possível identificar funções específicas que possuem em comum o fato dos respondentes associarem as atividades de lazer a mecanismos de redução dos problemas causados pela vida cotidiana, ao prazer e ao desenvolvimento físico-mental (Tabela 7).

Tabela 7.Caracterização e Especificação das Funções do Lazer.

Categorias	Funções Especificas do Lazer
Descanso	• Fugir dos problemas. • Possibilitar higiene e relaxamento mental. • Horas de folga para esquecer os problemas pessoais. • Desligar das obrigações diárias. • Renovar as energias. • Aliviar o stress.
Prazer Pessoal	• Um momento de fazer alguma coisa que vai te dar alegria. • Estar em locais gostosos e tranquilos. • Possibilitar a diversão pessoal e coletiva. • Encontrar e fazer amigos. • Gastar energia acumulada. • Possibilitar momentos de controle sobre sua vida. • Sair da monotonia diária.
Desenvolvimento Físico-mental	• Fazer aquilo que dá prazer físico e espiritual. • Fazer algo divertido culturalmente enriquecedor. • Descontrair e elevar a autoestima. • Hora para fazer algo criativo • Possibilitar entretenimento, cultura e informação.

É importante notar que as respostas apresentadas inserem-se na conceituação funcionalista de lazer, em que o mesmo é visto como um elemento de estabilização dos indivíduos convivendo em sociedade, o que seria fundamental para criar uma válvula de escape em relação ao desgaste causado pelas jornadas de trabalho a que os trabalhadores são submetidos ao longo de sua vida.

Após a conceituação do lazer segundo a ótica dos entrevistados, também foi feita uma identificação das atividades práticas realizadas pelos entrevistados. Os resultados coletados indicam que as atividades físicas são preponderantes, com 90 citações, seguindo-se as atividades de cunho sócio recreativo. Estes resultados são coerentes com as respostas obtidas nas questões anteriores, visto que a concepção funcionalista enfatiza o lazer como prática desportiva com a finalidade de manter o indivíduo saudável.

Na prática destas atividades, a maioria dos entrevistados (49%) declarou gastar de 2h a 6h semanais em atividades de lazer. É interessante observar o

percentual de indivíduos que declaram gastar menos de 2h semanais em lazer (13%) e o dos indivíduos que declararam gastar mais de 10h semanais com lazer (21%). Estes percentuais indicam que há uma valorização do tempo de lazer pela população com uma tendência positiva, já que o percentual de indivíduos que declaram disponibilizar mais de 2h semanais para o lazer é de 87% da amostra. Considerando que 70% dos indivíduos da amostra declararam cumprir uma jornada de trabalho superior a 40 horas semanais, este dado apresenta-se como significativo de uma necessidade premente de lazer pelo trabalhador campista (Figura 8).

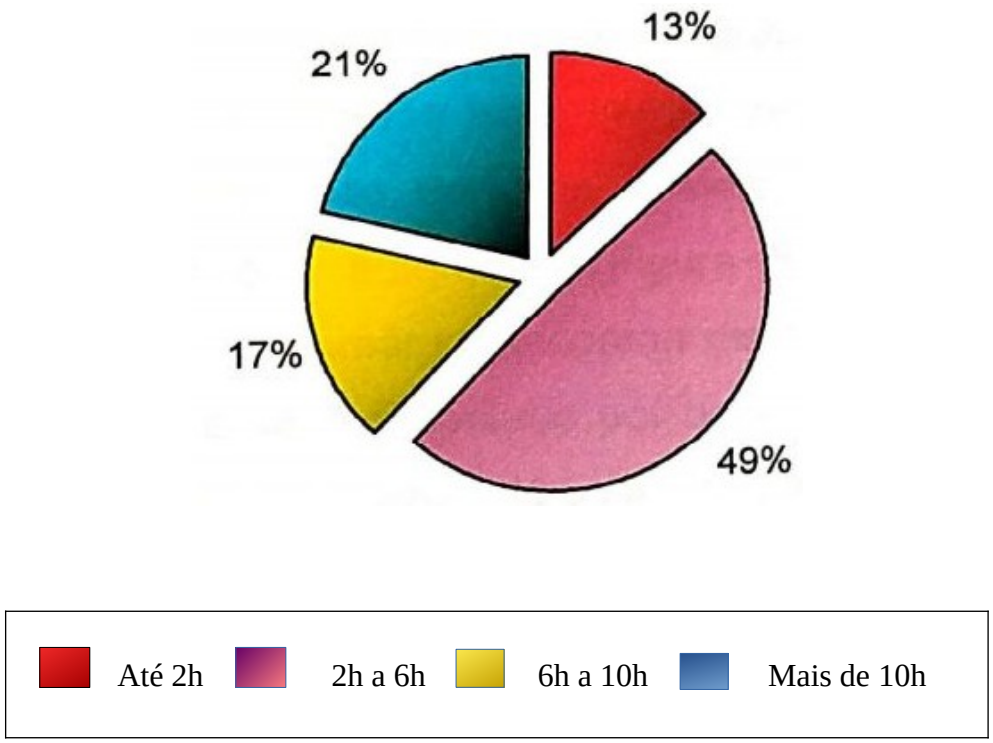
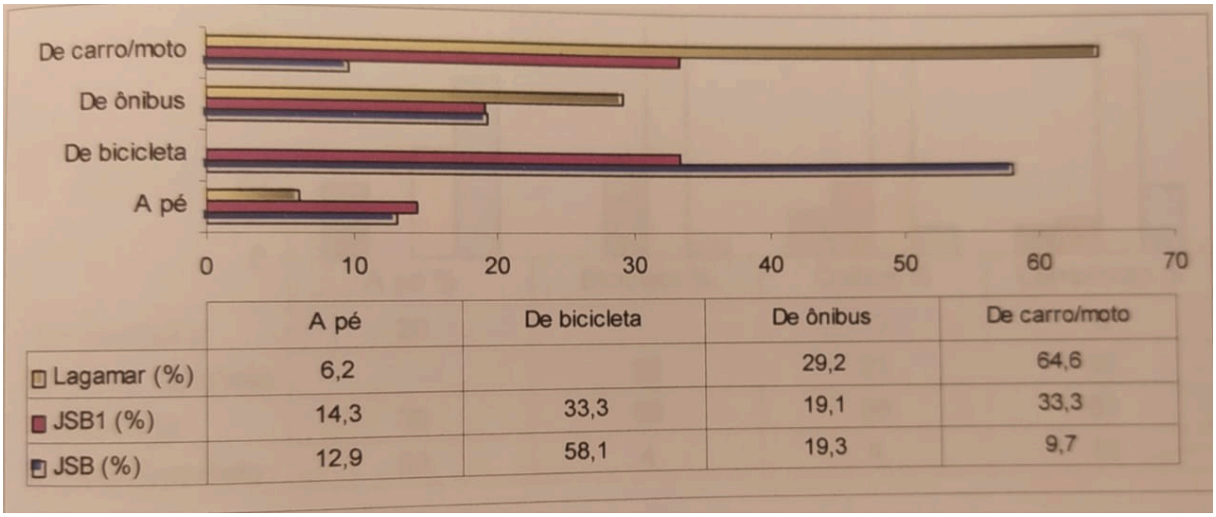


Figura 8.Quantidade de horas semanais gasto com atividades de lazer.

4.1.5. Estabelecendo relações entre localização socioespacial do lazer e níveis de acessibilidade

Esta seção foi estruturada no sentido de responder a questão proposta sobre a relação entre localização socioespacial do lazer e níveis de acessibilidade. O diagnóstico do nível de acessibilidade foi construído a partir da acessibilidade percebida pela população amostrada às oportunidades de lazer. Para se aferir o grau de percepção de acessibilidade da população pesquisada ao local de lazer centrou-se nas questões diretamente a ele relacionadas: Forma de acesso ao Local de Pesquisa, Frequência ao Local da Pesquisa e o Grau de Satisfação quanto ao acesso ao Local da pesquisa.

Os resultados obtidos indicam que o grau de satisfação é bastante alto, mesmo que a forma de acesso seja bem específica, de acordo com o local. Enquanto que no Jardim São Benedito o meio de acesso mais frequente é a bicicleta, no Lagamar é o automóvel (Figura 8). Estes resultados podem ser justificados pelo fato do Lagamar se encontrar distante da área central do distrito de Farol de São Thomé, e ser frequentado por uma maioria residente nos bairros da Cidade de Campos dos Goytacazes. Já o Jardim São Benedito está localizado numa área central da cidade, com acesso pelas ciclovias e ruas asfaltadas.

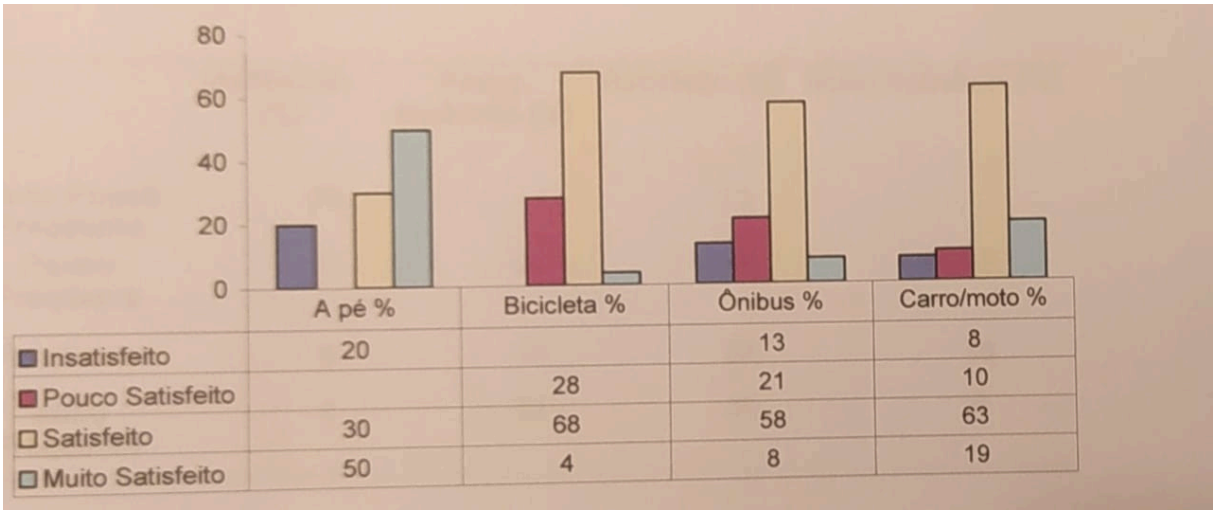


	A pé	De bicicleta	De ônibus	De carro/moto
Lagamar (%)	6,2		29,2	64,6
JSB1 (%)	14,3	33,3	19,1	33,3
JSB (%)	12,9	58,1	19,3	9,7

Figura 9- Forma de acesso ao local da entrevista

Observou-se ainda que 78% dos entrevistados no Jardim São Benedito declararam-se “satisfeito” ou “muito satisfeito” com as vias de acesso ao local. Dentro deste percentual, algumas justificativas citadas pelos entrevistados foram“é fácil chegar ao local”,“apesar do trânsito”, “as ruas são bem pavimentadas e sinalizadas”. Dos entrevistados no Lagamar,73% afirmam estar satisfeitos e muito satisfeitos com as vias de acesso. É interessante ressaltar que como foi visto na figura anterior, no Lagamar a predominância foi a de automóvel, o que pode justificar este percentual elevado. Entretanto, dentro os que se consideraram insatisfeitos (27%), a justificativa está nas péssimas condições da Estrada que liga Campos a Farol e a ineficiência do transporte coletivo.

As respostas obtidas indicam o grau de satisfação está diretamente ligada ao quesito forma de acesso (Figura 9). Dentre os que declararam possuir autonomia de acesso ao local, através de carro/moto ou bicicleta, ou mesmo ainda a pé, 79% considera-se satisfeito/ muito satisfeito. E mesmo entre aqueles que dependem de ônibus, o grau de satisfação é relativamente alto: 67% se consideram satisfeitos/ muito satisfeitos.



	A pé %	Bicicleta %	Ônibus %	Carro/moto %
Insatisfeito	20		13	8
Pouco Satisfeito		28	21	10
Satisfeito	30	68	58	63
Muito Satisfeito	50	4	8	19

Figura 10. Grau de satisfação quanto ao acesso em relação à forma de acesso

Estes resultados confirmam as assertivas de Lima (1998) que apontou a acessibilidade como sendo determinada pelo sistema de transporte (incluindo a rede viária), e pela distribuição de atividades em uma dada área. Portanto, pode-se afirmar que um maior ou menor grau de acessibilidade denota a facilidade com que as oportunidades, no caso de lazer, podem ser atingidas a partir de um determinado local através de um determinado sistema de transporte. De alguma forma, os indivíduos entrevistados estavam no local onde ocorriam os eventos de lazer e se ali estavam provavelmente o acesso lhes foi facilitado.

Por outro lado, o alto grau de satisfação também pode ser observado mesmo quando relacionado aos locais onde os dados foram coletados (Tabela 8). Os resultados indicam que, independente dos bairros de origem estarem próximos ou não do local de entrevista, o que determina a variação de satisfação quanto ao acesso é a capacidade de locomoção do individuo em direção à oportunidade de serviços públicos, no caso o lazer. Além disso, a organização espacial da cidade é fator de forte influência nesta capacidade de locomoção do individuo, através de uma das funções da cidade, que é a de circulação.

Tabela 8. Grau de Satisfação Quanto ao Acesso ao Local em relação ao grau de frequência ao local de entrevista

	Insatisfeito (%)	Pouco Satisfeito (%)	Satisfeito(%)	Muito Satisfeito (%)
Muito Pouco Frequente	29		71	
Pouco Frequente	8	21	48	23
Frequente	6	10	68	16
Muito Frequente	4	22	65	6

No que diz respeito à satisfação com a politica de lazer implementada pela PMCG, a maioria dos entrevistados declarou-se satisfeita. O maior grau de satisfação foi encontrado no Lagamar com cerca de 70% de aprovação. É

importante ressaltar que no Jardim São Benedito há uma parcela significativa de rejeição a politica de lazer implementada pela PMCG, cerca de 42%. Entretanto, ao se considerar outras variáveis como espaços de lazer nos bairros e tipo de lazer que se deseja, percebe-se que há uma contradição nas respostas (Tabela 9).

Tabela 9. Grau de Satisfação Quanto a Oferta de Lazer Pela Prefeitura

	JSB(%)	JSB1(%)	Lagamar(%)
Insatisfeito	12,9	9,5	6,3
Pouco Satisfeito	29,1	23,8	22,9
Satisfeito	58	66,7	62,5
Muito Satisfeito			8,3

Ao serem perguntados sobre a qualidade e a quantidade de espaços de lazer nos bairros de origem, os respondentes declararam possuírem um baixo grau de satisfação em relação aos espaços existentes, sendo os valores mais baixos entre os freqüentadores do JSB1 com cerca de 58% (Tabela 10).

Tabela 10. Grau de satisfação quanto à qualidade e a quantidade de espaços de lazer nos bairros de origem do entrevistado (%)

Grau de Satisfação	JSB(%)	JSB1(%)	Lagamar(%)
Muito satisfeito	4,8	0	6,3
Satisfeito	23,7	25,8	23,1
Pouco satisfeito	23,9	16,1	21,3
Insatisfeito	47,6	58,1	48,9

Estes resultados indicam uma contradição em relação às respostas apresentadas no quesito que versava sobre o grau de satisfação em relação à oferta de lazer implementada pela PMCG. Além disso, estes indicam que, ao avaliar a oferta de lazer baseado no marketing de shows e eventos, o entrevistado considera satisfatória a oferta de lazer no município. Por outro lado, ao avaliar as condições e a quantidade de espaços públicos disponíveis para o lazer, próximos a sua

residência, o entrevistado considera-se insatisfeito, sendo o grau de satisfação cerca de 70% menor que o grau de satisfação. A justificativa para a insatisfação pode ser percebida respostas dadas pelos entrevistados.

Dos equipamentos citados existentes no bairro dos entrevistados foram citados mais frequentemente a praça e a quadra, sendo ao mesmo tempo os equipamentos de lazer mais citados também no que diz respeito ao desejo de espaços de lazer do entrevistado (Tabela 11). Júlio César, morador do bairro Parque Leopoldina, respondeu que seria preciso “uma academia, praças em bom estado, restaurante popular e pista de skate”. Já a moradora do Parque Califórnia, Sílvia Cristina, afirmou ser necessário “uma praça arborizada, parque de diversões, área para andar de bicicleta, área para caminhada e exercícios, quadra de futebol, academia ao ar livre, piscina”.

Tabela 11. Tipos de espaços de lazer existentes no bairro do entrevistado.

Categorias Especiais	Tipos de Espaços	Número de Ocorrências	Total
Espaços Específicos	Quadras de Esportes	15	67
	Dependências		
	Clubes Esportivos	29	
	Praças	06	
	Campos de Futebol	02	
	Horto Municipal	02	
	Praias	06	
	Orla do Rio Paraíba	0	
Espaços Não Específicos	Igrejas	01	15
	Espaços de Lazer da UENF	02	
	Academia Particular	01	
	Residências	01	
	Ruas	90	
	Bares	03	
	Acudes	1	
Não Tem			26

A opção por espaços que proporcionem a possibilidade da prática de atividades físicas e o convívio com o verde reforça a tese de que o tratamento dado às atividades de lazer pela população estudada reveste-se de elementos contidos no paradigma utilitarista que preconiza a ocupação do tempo livre com atividades que busquem a saúde física e mental, com a finalidade de manutenção do sistema produtivo (Tabela 12).

Tabela 12. Tipos de Espaços Públicos de Lazer Desejados Pelo Entrevistado

Tipos de Espaço	Total
Praças	42
Quadras	25
Academia de Ginástica	07
Campo de Futebol	061
Cinema	0
Teatro	0

Além disso, os resultados apontam uma interessante contradição, pois apesar de serem as praças as áreas de lazer mais declaradas pelos entrevistados como existentes próximas aos seus locais de moradia, estas também se apresentam como o tipo de espaço que os entrevistados desejariam mais ter em seus bairros. Esta aparente contradição é possivelmente explicada pelo fato de que as praças e quadras existentes na maioria dos bairros campistas (especialmente aqueles em que a população possui um nível de renda mais baixo) estão em péssimo estado de conservação e, por isto não estão convenientemente inseridas no cotidiano das comunidades.(Figura 11)

Figura 11. Foto de praça existente no Parque Tarcísio Miranda

Por outro lado, a grande maioria dos entrevistados declarou-se disposta a gastar mais de 100 reais mensalmente com o próprio lazer, demonstrando que há uma valorização das atividades de lazer por parte da população. Ao se confrontar com as respostas obtidas na questão sobre a quantidade de reais que o entrevistado acha que a Prefeitura deveria gastar com cada cidadão em lazer, observa-se que há uma associação significativa. O percentual de indivíduos disposto a gastar 100 reais ou mais, mensalmente com lazer, é de 51%. O mesmo ocorre com a pergunta seguinte: 53% acham que a Prefeitura deveria gastar, mensalmente com cada cidadão, 100 reais ou mais (Tabela 13).

Tabela 13. Disposição de dispêndio próprio com lazer em relação à demanda de disponibilização de recursos públicos

Quantidade de Reais ($)	Pelo Entrevistado	Pela Prefeitura
0	04	01
5	01	01
10	11	08
25	15	11
50	18	26

100	23	22
Mais de 100	28	31

Estes dados comprovam a importância atribuída ao lazer como uma necessidade básica do individuo, ainda não tenham conhecimento do fato de que o lazer se constitui um direito assegurado pela Constituição Federal. Uma resposta que corrobora esta inferência foi dada por uma entrevistada que declarou “acho que não é obrigação da Prefeitura, não vejo mais o que possa ser oferecido”. No que se refere à distribuição equitativa de lazer há uma relação de equilíbrio no padrão de respostas obtidas. Por um lado, parte dos dados indica que há uma proximidade de repostas positivas e negativas, com uma tendência negativa sobre a percepção de equidade na oferta de lazer. Na amostra coletada aos domingos, durante os shows musicais, cerca de 62% declarou não acreditar numa oferta de lazer equitativa (Tabela 14).

Tabela 14. Percepção sobre a Oferta Equitativa de Lazer Pelo Poder Público.(%)

Local da Entrevista	Não(%)	Sim(%)
JSB	48	52
JSB1	62	38
Lagamar	51	49

Estes resultados indicam que há uma percepção da desigualdade na oferta de serviços públicos em função de camadas sociais, pois ainda que a oferta seja pública “haveria uma barreira simbólica que impede certos segmentos sociais de frequentar as atividades de lazer oferecidas pela Prefeitura”, segundo palavras de Thiago Eugênio, morador do Horto. Por outro lado, a maioria das respostas negativas sobre a distribuição equitativa do lazer referiu-se à centralização da oferta de lazer no Jardim São Benedito e à falta de investimentos nos bairros: “a distribuição é muito desigual, tem bairros que não tem nada”, “Não existe lazer nos

bairros e as pessoas que não tem condições não são beneficiadas com o lazer que é oferecido". Já entre aqueles que declaram acreditar numa oferta equitativa de lazer, as justificativas oferecidas baseavam-se no fato de serem atividades gratuitas e disponíveis a quem quisesse participar: "é público só não frequenta quem não quer, é tudo de graça, todo mundo pode fazer, assistir aos shows, enfim, participar de tudo que a prefeitura ofereço", Nesse contexto, há uma clara indicação do não reconhecimento do lazer enquanto um direito social, onde o lazer aparece como uma concessão da Prefeitura Municipal.

Outra questão surgida neste processo foi o questionamento do grau de satisfação da população sobre o gasto de dinheiro público em lazer. Há uma forte indicação de baixa satisfação quanto ao uso feito com os recursos públicos nas atividades de lazer (Tabela 15).

Tabela 15. Grau de Satisfação Quanto ao Uso do Dinheiro Público em Lazer

	JSB(%)	JSB1(%)	Lagamar(%)
Insatisfeito	10	5	21
Pouco Satisfeito	8	57	23
Satisfeito	4	38	38
Muito Satisfeito	49	04	07

O fato é que entre os freqüentadores do JSB1, o grau de satisfação foi o mais baixo seguido nesta ordem pelo JSB e pelo Lagamar. As justificativas para estes resultados resultado estão inseridas dentro da percepção de que há um investimento expressivo em lazer para a população campista (a prefeitura vê que ta dando certo e aplica mais dinheiro nisso) embora considere que o dinheiro seria mal gasto. Neste sentido, é possível afirmar que se a intenção do poder público era criar um ambiente propício eleitoralmente em função da realização de shows, os resultados indicam efeitos positivos apenas parciais justamente entre aqueles que deveriam ser os principais beneficiários das ações realizadas pelo poder público municipal.

4.1.6 O Conceito do Lazer e o Poder Público

Para estabelecer o conceito de lazer que permeia as ações do Poder Público no município de Campos dos Goytacazes foram realizadas entrevistas com dirigentes municipais ligados ao lazer e analisados documentos que nos forneceram dados relativos ao orçamento público municipal. A partir destes dados pode-se apurar algumas considerações sobre a concepção de lazer assim como o planejamento do lazer dentro da administração municipal.

Em primeiro lugar, cabe aqui destacar que, dentro do organograma da Prefeitura, o lazer está vinculado ao Gabinete do Prefeito através das Gerências de Esporte e Lazer e Cultural, que estão situadas na Secretaria de Planejamento. Não existe uma secretaria específica para o lazer. De acordo com o Sr. Nilson Maria[24], Gerente de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal:

> As gerências, no organograma da Prefeitura, todas elas são ligadas ao gabinete do Prefeito, mas a nossa atuação pontual é junto à secretaria de planejamento, nós ocupamos este espaço físico.

Entretanto, a participação da Secretaria de Planejamento não é de mera cessão de espaço físico, mas de uma participação efetiva na aprovação dos projetos. Ainda segundo o Sr. Nilson Maria, os projetos são enviados para a aprovação do Prefeito e este o envia para o Planejamento para que possa ser avaliado na sua viabilidade orçamentária.

> Hoje em dia aqui tudo brota e tudo nasce com a participação da Secretaria de Planejamento dentro da Prefeitura, a Secretaria de Planejamento de Coordenação e Controle Geral, então a gente trabalha com a fundação de Esportes, com a Fundação Zumbi dos Palmares, com a Apic[25].

De acordo com documento da ONG Cidade 21, Radiografando o Orçamento de Campos dos Goytacazes: uma análise do Período 2000 a 2003, a Secretaria de Planejamento coordena o trabalho dos gerentes e subgerentes e que, na prática, se

24 Entrevista Concedida a autora om 19/09/2002
25 'Associação de Proteção a Infância de Campos

torna um órgão executor de obras acabando por se distanciar de sua função primeira que é a de planejar.

Portanto, a Secretaria de Planejamento está diretamente atrelada ao Gabinete do Prefeito, inclusive no que diz respeito à dotação orçamentária. Para o ano de 2002, foram destinados somente 6,71 milhões de reais para a Secretaria de Planejamento, num orçamento total de 434, 2 milhões, o que representa 1,55%. Ressalta-se que o orçamento campista saltou de 95 milhões de reais, em 1999.Este valor cresceu quase 5 vezes em quatro anos. Este incremento deve-se ao recebimento dos Royalties de Petróleo a partir do ano de 2000 (Tabela 16).

Tabela 16. Evolução do Orçamento Municipal de Campos dos Goytacazes no Período 1999-2002

ANO	VALOR TOTAL (R$ milhões)
1999	95,0
2000	259,4
2001	311
2002	434,25

Entretanto o Gabinete do Prefeito foi agraciado com 79,53 milhões, o que representa 18% do Orçamento Municipal. Deste percentual 10,2 milhões de reais foram destinados para a Promoção e Realização de Eventos, sendo destes 3,9 milhões de reais para os shows das praças (Tabela 16). Este valor (R$ 10,2 milhões) representa 2,4% de todo o orçamento municipal e 12,9% de toda a verba do Gabinete do Prefeito.

Tabela 17. Recursos Destinados a Promoção e Realização de Eventos

Tipo de Evento	Orçamento (R$ Milhões)
Shows Praças S. Benedito, Liceu,	3.90
Calendário Oficial PMCG	1.10
Palco e Camarins Jd Liceu, S. Benedito	0.71
Convênios p/ apoio à cultura	0.45
Shows e Teatro TRIANON	2.50
Apoio a Eventos	0.89
Shows, Festas e Concursos	0.70
Total	10.2

Os recursos para a área do esporte são divididos investimentos na formação de equipes altamente competitivos, com atletas e técnicos profissionais, que recebem cerca de 46% dos recursos; eventos esportivos no Farol e a Academia de Ginástica. Estes recursos representam cerca de 5,6% dos recursos do Gabinete do Prefeito (tabela 18).

Tabela 18. Recursos Destinados ao do Esporte

Tipo de Esporte	Orçamento (R$ Milhões)
Esportes Profissionais	2,08
Esportes no Farol (eventos)	0.27
Academia de Ginástica	0.26

Na prática, o processo decisório está nas mãos do Prefeito, pois este detém todos os recursos disponíveis para o lazer. Assim, os projetos são enviados primeiramente para as Gerências para serem analisados e depois são enviados para o Gabinete do Prefeito que também avalia e finalmente envia para a Secretaria de Planejamento, que faz a análise final. De acordo com o Sr. Nélson Mémeia[26], coordenador administrativo da Academia a céu aberto, ao ser perguntado como eram o processo de aprovação de um projeto:

> O parecer é do secretariado dele. A gente encaminha para o secretariado, este não sei se para o planejamento ou para o prefeito. Eu sei que tudo que nós fazemos têm que ter a aprovação do prefeito, ou do secretariado, que às vezes tem certas coisas que não são levadas para o prefeito, porque o secretariado tem autonomia para poder resolver, a gente não.

De acordo com Euline Moraes[27],Gerente Cultural da Prefeitura Municipal, dentro da gerência cultural:

> É tudo na gerência de cultura, geralmente a ideia vem da primeira-dama do município que ela é muito ligada à cultura, ela gosta disso, inclusive esses projetos têm ideia dela junto com o prefeito e com a gerência cultural, todos nós pensamos, a gente chega a um consenso e vê principalmente do lado do prefeito o que é melhor para a população, porque todos os projetos são abertos, todo mundo tem acesso, pra gente assistir shows que jamais poderiam ter a oportunidade de assistir, não dessa forma, então eles são elaborados assim, a gente tenta ver a estrutura de palco e iluminação, som, do melhor do artista que vem, do melhor do público, porque a gente pensa sempre no público, em quem está assistindo, pra ver da maior comodidade.

Outro fator relevante diz respeito à estrutura organizacional, dentro do Poder Público, que envolve o planejamento e a execução do lazer. Observa-se que o lazer, no âmbito da municipalidade, divide-se basicamente em dois conteúdos específicos: físicos (Esporte) e artísticos (Shows Musicais), que se encaixam na classificação proposta por Marcellino (2002) onde os conteúdos do lazer se distinguem em seis áreas fundamentais: os interesses artísticos, os intelectuais, os físicos, os manuais,

26 Entrevista concedida a autora em 17/10/2002
27 Entrevista concedida a autora em 25/03/2003

os turísticos e os sociais.

Nos questionários aplicados junto à população solicitou-se sugestões para a oferta de lazer no município. Dentre as respostas observa-se que há uma abrangência de todos os conteúdos do lazer. Nos interesses artísticos: teatro, estimulo aos artistas locais, música nos bairros e cinemas. Nos interesses intelectuais: museus e bibliotecas. Nos interesses físicos: mais quadras e praças nos bairros, academias nos bairros, incentivo a prática de esportes. Nos interesses manuais: cursos de artesanato, cursos de música. Nos interesses turísticos: maior investimento na Lagoa Feia e no Imbé, criar áreas com cachoeiras para passeios ecológicos. Interesses Sociais: criação de núcleos de Lazer nos bairros.

Quantos aos critérios de avaliação o principal é a avaliação do custo x beneficio, colocado como beneficio social. De acordo com o Sr. Nilson Maria “tem que ter sempre uma resposta social, essa é uma exigência do prefeito.” Na realidade, os critérios de aprovação dos projetos nem sempre são de ordem técnica, mas de natureza política o que é comprovado pela fala da Senhora Euline Moraes, que afirma que o principal critério seria a manifestação popular “se o povo quer, se o povo pede, se está precisando”, embora não exista um canal de comunicação estabelecido entre a Prefeitura e a população e numa clara alusão a práticas políticas assistencialistas.

A distribuição espacial destes projetos também obedece a critérios pouco técnicos. No caso dos projetos musicais não existem critérios específicos, mas a distribuição acontece baseada em pré-conceitos estabelecidos historicamente. Ao ser perguntada qual o critério de escolhas do estilo dos shows musicais para cada espaço, a resposta foi a seguinte:

> Porque no Jardim São Benedito MPB, então porque o “Viva Melhor” ali, porque é uma área totalmente central, e é um estilo de música que agrada

> a todos, a gente abrange toda a cidade de Campos ali no Jardim São Benedito, que ali a gente sabe que é viável pra ônibus, é um acesso mais rápido, por isso o "Viva Melhor Viva Música" ali. Porque música instrumental no Liceu, porque o complexo arquitetônico ao redor da praça, nem parece que você está em Campos, até parece que você está num Jardim da Europa e com uma música instrumental maravilhosa, num coreto e porque o Meu Brasil Brasileiro lá em Guarus, na Praça Santo Antônio, porque é uma praça que tem tudo a ver com pagode, com samba de raiz, então porque as pessoas não saírem daqui para revitalizar Guarus?

Já no que diz respeito à parte esportiva, segundo o Sr. Nilson Maria os critérios de distribuição, dentre os projetos implementados pela Gerência de Esportes e Lazer, a intenção é a de circular todo o município. O projeto "Na Praça o Esporte é de Graça" pretende, a cada ano, incluir mais bairros, *por todos os locais onde haja uma quadra poliesportiva, se algum distrito não tem, que eles tenham. Porque a intenção é circular por todo o município*, assim como as escolinhas de futebol. Quanto à localização da Academia de Musculação no Jardim São Benedito, argumenta-se que por ser uma área central que se apresenta hoje como um polo de lazer para todo o município. Pretende-se, assim, universalizar a prática de esportes. Entretanto, na fala dos entrevistados através dos questionários, percebe-se que ampla maioria gostaria que o lazer fosse mais descentralizado. Uma resposta dada a solicitação de sugestões para a oferta de lazer bastante significativa foi dada por José Ricardo Barretos, morador de Parque Prazeres:

> Estimular a participação nos bairros, estimular a prática de esporte/lazer/brincadeira; eventos culturais para as crianças, investir mais nos bairros.

Em relação aos objetivos dos projetos implementados percebe-se que no caso do Esporte o objetivo tem sempre um caráter de resgate social, de ocupação do tempo livre das crianças. Segundo o Sr. Nilson Maria:

> Os projetos não são pensados como lazer, mas se a criança tem uma quadra perto de casa, ela vai lá e prática esporte, é para ela também lazer, para nós é mais que lazer, o lazer é importante, mas para a gente ver isso como prática da cidadania mesmo, a intenção de formar um cidadão através do esporte, através do lazer.

Está presente neste discurso a visão funcional utilitarista que entende o lazer como instrumento de controle social. Neste caso, o esporte é utilizado como um

meio de prevenir a delinquência juvenil, como se a prática do esporte fosse suficiente para deter todos os fatores que levam o jovem a uma atitude transgressora.

Para Lédea Cavalcante[28],atual presidente da APIC, o objetivo do projeto "Meninos do Amanha" - que se constitui numa grande academia com aulas de música, esportes, dança e que atende a 600 crianças carentes do Jardim Carioca é *Justamente de prevenção, tirar as crianças da rua no período que ela não está na escola, e é lógico, que inclusão social.*

No caso dos projetos culturais, leia-se shows musicais, de acordo com Euline Moraes o objetivo

> É alimentar a alma do povo de cultura, é levar cultura onde o povo está, fazer com que as pessoas tenham acesso a isso, ver o artista que ele sempre quis ver, que ele sempre quis estar ali perto, é movimentar a cultura da cidade de forma que ela já está conhecida. Campos hoje já é conhecida como a capital da cultura do interior do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo maior é certamente mostrar que Campos respira cultura, que a população de Campos é receptiva a isso, porque se tirar esses projetos da praça, que é o que uma minoria gostaria de fazer, se a população vai aprovar.

Em suma, por todos os elementos presentes nos discursos apresentados, pode-se afirmar que o entendimento de lazer presente na atual administração municipal de Campos dos Goytacazes está baseada numa visão funcional-utilitarista, pautada no binômio música e esporte, sem um planejamento integrado entre as diversas secretarias e com centralização espacial das atividades que limitam o acesso de maior parte da população.

---

28 Entrevista concedida a autora em 06/11/2002

CONCLUSÕES

O lazer é um dos indicadores da qualidade de vida dos habitantes de uma cidade e a sua distribuição socioespacial é determinante para um maior ou menor nível de acessibilidade, assim como fundamental para amenizar os efeitos perversos de uma organização da cidade pautada em critérios impostos pelos detentores do capital. Partindo do princípio de que na cidade de Campos dos Goytacazes há uma ocupação desigual do espaço urbano, fruto de uma herança histórica, marcada por uma ocupação desordenada incentivada pela especulação imobiliária, pode-se afirmar que a distribuição do lazer existente se dá de forma centralizada e concentrada em eventos de custos elevados.

Os resultados deste estudo indicam que a desigual localização socioespacial não foi determinante na percepção de acessibilidade a locais de lazer por parte da população pesquisada às atividades emanadas do poder público municipal visto que, independentemente do bairro de origem e da localização do evento, o grau de satisfação com o acesso foi altamente positivo. Por outro lado, o grau de satisfação com a oferta de lazer, assim como com a qualidade e quantidade de espaços de lazer nos bairros apresentaram um alto grau de reprovação. Estes resultados indicam que, a segregação socioespacial no município se reflete na percepção de que faltam de investimentos na criação de espaços de lazer nos próprios bairros em que os entrevistados residiam.

As diversas atividades apoiadas pelo poder público municipal parecem refletir um entendimento eminentemente imediatista do lazer. De acordo com os resultados, é possível concluir que a concepção de lazer vigente no município de Campos dos Goytacazes está inserida numa visão funcional – utilitarista, ainda que esta não seja uma posição planejada, ou tampouco, assumida institucionalmente. O fato é que não há uma diretriz para o planejamento do lazer. Na realidade, a politica municipal de esporte e lazer reflete esta concepção por parte dos dirigentes dos diferentes órgãos envolvidos na consecução das atividades municipais de lazer. Neste sentido, o lazer parece ser percebido como instrumento de reposição de energias para o trabalho, para o estudo ou mesmo para a rotina do dia a dia. A conclusão a que se chega é que o lazer, enquanto instância de consumo alienado, ou válvula de escape, auxilia

o Estado a manter o status quo politico e social no município de Campos dos Goytacazes.

Uma outra conclusão é que a política de lazer não está vinculada a um órgão especializado, ocasionando ações pontuais e esporádicas. O não planejamento e a não integração de politicas de lazer é um dos principais fatores que convertem as ações de lazer da prefeitura de Campos dos Goytacazes em um conjunto de eventos, sem que haja um projeto político social mais abrangente.

Este contexto se traduz em práticas aparentemente excludentes, pois ao investir em um lazer espetáculo e centralizando-o em determinados locais, o poder público acaba por reforçar a segregação socioespacial da cidade, dividindo-a de acordo com o poder político e econômico das classes sociais que a compõem.

Os resultados deste estudo indicam ainda que os investimentos públicos para o lazer são elevados, porém com resultados escassos, pois os mesmos se resumem a custear um conjunto de eventos que não se inserem no cotidiano da população, especialmente dos segmentos mais pobres. Neste sentido, os resultados também indicam que há um alto grau de satisfação com a oferta de lazer por parte do poder público, mas que contraditoriamente existe um alto grau de insatisfação em relação à oferta de espaços de lazer nos bairros. Uma explicação para esta contradição pode estar no tipo de lazer que predomina no conjunto de projetos e eventos patrocinados pela administração pública, e que deixa os bairros desprovidos de equipamentos permanentes seja qual for à localização e condição econômica da população que ali habita. Deste modo, mesmo que havendo uma aprovação da estratégia de atividades centralizadas de lazer adotada pelo poder público, há uma lacuna percebida pela população no que se refere à falta de investimento na melhoria do espaço urbano por parte do público municipal.

Em suma, os resultados deste estudo reforçam a necessidade da formulação de politicas de lazer que se insiram no processo de democratização do espaço urbano a partir dos locais de moradia, evitando a fórmula do lazer em áreas especiais cuja natureza efêmera tende a reforçar os padrões de segregação existentes. Esta questão parece estar no cerne de uma discussão mais profunda sobre o lugar do Estado na criacao de um espaço urbano que não seja tão marcado pela iniquidade econômica e pelo distanciamento social, especialmente numa cidade

historicamente marcada pela segregação social, econômica e cultural de sua população.

SUGESTÕES PARA FUTURAS ACOES DO PODER PÚBLICO:

A partir da compreensão de que é no tempo e nas atividades de lazer que se faz um questionamento da vida cotidiana e que o lazer, então, torna-se potencialmente transformador, entendo ser preciso que sejam tomadas algumas medidas, no âmbito da esfera pública municipal, no sentido de propiciar a população de Campos dos Goytacazes uma politica de lazer universalista e que minimize as distâncias sociais existentes no município.

Deste modo, indico que é necessário o investimento na constituição de fóruns permanentes de discussão e aperfeiçoamentos visando a capacitação de quadros à criação de um órgão multidisciplinar e intersecretarias para o planejamento e execução das ações voltadas para o lazer. Um outro fator primordial é aquele que diz respeito à participação e gestão comunitária das praças e parques do município. A participação popular surge, neste sentido, com o objetivo de se contrapor a práticas não emancipatórias. Assim sendo, o estímulo e orientação para a formação de Centros Comunitários, na busca da autonomia dos diversos grupos existentes nos bairros em relação a atividades de lazer se apresenta como fundamental para que este seja vivenciado como instrumento de transformação social e de eliminação das distorções socioespaciais existentes em Campos dos Goytacazes.

Deste modo, a valorização da cultura popular do município - nas suas mais variadas manifestações - assim como investimentos em lazer que privilegie os locais com potencial de lazer existentes no município são acoes que precisam fazer parte da agenda politica do poder público municipal, no sentido de se ampliar o alcance de sua política de lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A (1995), *et alli*. **Urbanismo: História a Desenvolvimento.** Disponível na *Internet.http://pcc507.pcc.usp.br/TextosTecnicos.htm* site consultado em 17/03/02,

ALVAREZ, M.C.(2002) **Racionalização, trabalho e ócio: reflexões a partir de Max Weber**. In: Bruhns, H. T.(org) Lazer a Ciências Sociais; diálogos pertinentes, São Paulo: Chronos.

ARRUDA, M.B. (1997) **Conservação, Ecologia Humana e Sustentabilidade na Caatinga: Estudo da Região do Parque Nacional da Serra da Capivara (PI).** Brasília, DF: Instituto Brasileiro do Moio Ambiente e dos Recursos Naturais.

BARDIN,L.(1977) **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70

BENEVOLO,L. (1987) **As origens da urbanística moderna**. 2" ed. Lisboa. Editorial Presença.

_____(1999) **História da Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

BRESCIANE, S.(1985) **Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)**. In: Cultura e Cidade . Revista Brasileira de História-Anpuh. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero.

BRITO, S.(1943) **Obras Completas. Saneamento de Campos**. Vol.VI. Imprensa Nacional,1943

BRUHNS, H. T. (1993) **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas, SP: Papirus.

_____(2000) **Lazer e Motricidade: dialogando com o conhecimento**. In: Bruhns, H.T. Temas sobre lazer. Campinas, SP: Editora Autores Associados.

_____(2002) **De Grazia e o lazer como Isenção de obrigações** . In: Bruhns, H.T.(Org)Lazer e Ciências Sociais: Diálogos Pertinentes. São Paulo:

Chronos.

CHOAY, F.(1979) **O urbanismo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CLARK, T.N.et alli (2001) **Amenities drive urban growt**. Disponível na internet : *www.cariboo.bc.ca/ae/ses/geog/Course/424/030010ClarkTemy.pdf*. Site consultado em 04/11/2003

COELHO, T.(2000) **Um decálogo,. dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA.

COMPANS, R.(2001) **Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade?** In ACSELRAD, H. (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CORRÊA, R.L. (1995) **O espaço urbano**.3. Ed. São Paulo: Ed.Ática.

COSTA, L.A.M.(2001) **O Ideário Urbano Paulista na Virada do Século**. **O Engenheiro Theodoro Sampaio a as Questões Territoriais e Urbanas Modernas(1886-1903)** Volume II. Dissertação de Mestrado-São Paulo. Universidade de São Paulo.

CRESPO, J.(1987) **As atividades corporais: síntese histórica**. Coleção Desporto e Sociedade. Lisboa: MEC/DGD

CRUZ, M. L. M. (1999) **Politicas Públicas de Lazer em Florianópolis - Um Estudo das Propostas da Frente Popular**. Dissertação de Mestrado- Florianópolis-SC. Universidade do Estado de Santa Catarina.

DE MASI, D.(2000) **Perspectivas para o trabalho e o Tempo Livre**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA.

DIAS, E.S. (2000) **Resgatando o movimento modernista urbano: A expressão de uma conjuntura histórica que marcou as cidades do século XX**. Revista Geonotas/Universidade Estadual de Maringá. Vol 04/N° 04. out/nov/dez 2000

Disponível na Internet *http://www.dge.uem.br//geonotas/vol4-4/dias.shtml*

DUMAZEDIER, J.(1974) **Sociologia empírica do lazer: critica e contra-crítica da civilização do lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva.

_____(1976) **Lazer e cultura popular**. São Paulo, ed. Perspectiva.

ELIAS, N. e DUNNING, E. (1992) **A busca da excitação**. Lisboa: Difel.

FALEIROS,M.I.L.(1980). **Repensando o Lazer**.São Paulo:Ed.Perspectiva.

FARIA, T. J.P. (2000). **As reformas urbanas de Campos e suas contradições**. O **plano de 1944: Uma nova ordem social e urbana.** CD-ROM dos anais do 6° Seminário de História da Cidade e Urbanismo. Natal-RN.

_____(2001).**Confronto de práticas e lutas de representação na construção do urbano: Campos dos Goytacazes-RJ século XIX**. Trabalho apresentado no 28° Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA (FAPESP)(2001) **Projeto dinâmica social, qualidade ambiental e espaços intraurbanos em SP: uma análise socioespacial.** Relatório Proanual. Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

FERNANDES, M. e GOMES, O.C.(2000) **O ambiente Global contemporâneo e os novos desafios.** Curso de Gestão Urbana e de Cidades: Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Disponível na internet no endereço*: www.eg.fip.gov.br/gestaourbana/arauivos*

FOUCAULT, M.(1975) **Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões**. 26ª Ed. Petrópolis : Ed. Vozes.

GEBARA, A. (1997) **Considerações para uma história do lazer no Brasil**. In: BRUHNS, H.T. Introdução aos estudos do lazer. Coleção Livro Texto Campinas, SP:Editora da Unicamp.

GENOVEZ, P.C.(2002) **Território e Desigualdades: análise espacial Intraurbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano de São José dos Campos-SP**. Dissertação de Mestrado. INPE-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

GOTTDIENER, M.(1993) **A produção Social do Espaço Urbano**. 1a ed. São Paulo: Edusp.

HARQUEL, J.L.(1990) **História do Urbanismo**. Campinas, SP:Papirus.

HARVEY, David(1996) **A Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola.

HARQUEL, J.L.(1990) **História do urbanismo**. Campinas, SP:Papirus.

HAZIN, A.L. (1999) **Menos trabalho, mais lazer: nova realidade do mundo atual?** In:Ciências, Humanidades e Letras, Revista Symposium.

HERMANN,B. M.(2003) **Estimando o preço implícito das amenidades urbanas: evidencias para o município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

JACOBS, J. (2000) **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo,:Martins Fontes.

KURZ,R.(2000) **A ditadura do tempo abstrato.** In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA.

LIAO Jr.(2003) **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo de Distrito Federal,1995-1998:Tensões e Desafios de um Projeto Contra-hegemônico**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física. Unicamp.

LIMA, R. S. (1998) **Expansão urbana e acessibilidade- o caso das cidades médias brasileiras**. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos.USP

LINHALES, M. A. (2001) **Jogos da Política, Jogos do Esporte: Subsídios à**

reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: Marcellino, N. C. (org) Lazer e Esporte. 2a Ed. Coleção Educação Física e Esportes. Campinas, SP: ED. Autores Associados.

LUCENA, R. F. ELIAS: **Individualização e mimeses como temas para uma compreensão do esporte no Brasil**. Texto disponível na intemet no site: *www.ufes.br/~lesef/textos/elias_esporte_lucena.htm*

MARCELLINO, N. C.(1996) **Subsídios para uma politica de lazer- o papel da administração municipal**. Marcellino, N. C. (org.) Políticas públicas setoriais de lazer. Campinas, SP: Autores Associados.

_____(1990) **Lazer e Educação**.2a. Ed. Campinas, SP: Papirus.

_____.(2001) **Politicas de Lazer**. In: Marcellino, N. C.(org) Esporte e Lazer.2a ed. Campinas SP: Editora Autores Associados.

_____.(2003) **Lazer e Humanização**. 7°. Ed, Campinas, SP: Papirus,

_____.(2002) **Estudos do Lazer: uma introdução**. 3" ed. Campinas, SP. Editora Autora Associados.

MARICATO, E.(2001) **Cidades: alternativas para a crise urbana**. São Paulo: Ed. Vozes.

_____(2001) **A bomba-relógio das cidades brasileiras** In: Democracia Viva, Rio de Janeiro, IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, pp. 3-7.

MARCONDES, M.J.A.(1999) **Cidade e Natureza: Proteção dos Mananciais a Exclusão Social**.1a ed. São Paulo: FAPESP/EDUSP/Studio Nobel.

MASCARENHAS, F.(2003) **Lazer como prática da liberdade.** Goiânia: ED. UFG.

MINAYO, M.C. de S. (2000) **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em**

saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: Ed. Hucitec-Abrasco.

MORAES, V. P. (2000) **Da Grécia Antiga à Sociedade Pós- Industrial: Como as palavras ócio, tempo-livre e lazer foram surgindo no decorrer da história**. Caderno UniABC de Educação Física. Ano ll. Número 21. São Paulo.

MORAN,E.F.(1994) **Adaptabilidade Humana**. 1 a ed. São Paulo: Edusp.

MOREIRA, A.C.M.L.(1999) **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano**. Disponível na Internet: *www.formosaonline.com.br/geonline/textos/meio ambiente/artigo melo%20ambiente01.htm* site consultado em 28/10/2003.

MUMFORD,L.(1982) **A cidade na história: Suas Origens, transformações e perspectivas**.2a ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

NAVARRO, C.A.S (2003) **Royalties do Petróleo: Estudo do caso de Campos dos Goytacazes**. Dissertação de mestrado. Economia Empresarial. Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes.

OFFE, C.(1995) **Trabalho, a categoria sociológica chave? In: Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense.

OLEIAS, V.(2000) **Políticas Esportivas no Neoliberalismo**. Disponível na Internet no site:*www.cds.ufsc.br/~valmir.*Site visitado em 17/07/2003

OLIVEIRA, F.J.S.(1998) **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. São Paulo, CEBRAP, Novos Estudos, n. 22, out.

_____(1998) **Os direitos do antivalor**. A economia política da economia imperfeita. Petrópolis:Vozes.

OLIVEIRA, M.E.e NETO, W.G.O **programa Nacional do Álcool (Proalcool): Um estudo realizado através da imprensa uberlandense (1975-1980)**. Disponível na Internet:*www.ufop.br/ichs/conifes/anais/MPC/mpc1004.htm* site consultado em 30/10/2003

ORTEGA, G.U. (2000) **Identidade Cultural, Território e Lazer. In: Lazer numa sociedade globalizada**: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA.

PAIVA, R. (2002) **Comunidade Gerativa**. Disponível na internet: *www.eca.usp.br/alaic/chile2000/15%GT%202000MComunitaria%20e%20Cidadania/RaquelPaiva.doc.* Site consultado em 20/04/2002.

PARK, Robert. (1979) **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano**. In: Velho O. G.(Org)O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar.

PELLEGRINI,A.(1996) **O Espaço de lazer na cidade e a administração Municipal**. In: Marcellino, N. Políticas Públicas Setoriais de Lazer. Campinas. Autores Associados.

PEREIRA, P.A. P.(2002) **Politica Social e Controle Democrático**. In: Bravo, M.J.S e Pereira, P.A.P (Org)Política Social e Democracia.2 ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: Uerj.

PINTO, L.M.S.M. (1996).**A construção da interdisciplinaridade no lazer**. Experiência politica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte -MG. In: Marcellino, N.C.(org.) Políticas públicas setoriais de lazer. Campinas, SP: Autores Associados.

_____(2002). **Lazer e estilos de vida: reflexão e debate na perspectiva da "virada" da contemporaneidade**. In: Burgos, M.S. e Pinto, L.M.S.M. Lazer e estilo de vida. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC

PINTO, J.R.P. (1987) **Um pedaço de terra chamado Campos. Sua geografia e seu progresso**. Campos dos Goytacazes, RJ ,

POVOA, F.M.R. (2002) **A municipalização da Política de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes-RJ (1989-2001)**. Dissertação de Mestrado em Politicas Sociais - Campos dos Goytacazes, RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense,

RAMOS, M.H.R. (2002) **Políticas urbanas, Conselhos Locais e Segregação**

Socioespacial. In: RAMOS, M.H.R. Metamorfoses Sociais e Politicas Urbanas. Rio de Janeiro: DP&a

REQUIXA, R. (1980) **Sugestões de Diretrizes para uma política nacional de lazer.** São Paulo, SESC

ROLNIK, R.(2000). **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society. São Paulo: SESC/WLRA.

SANTOS, M.(1987) **O espaço do Cidadão.** São Paulo: Hucitec,

SASSEM, S. (1991) **A cidade global**. In: LAVINAS, L, CARLEIAL, L. M. & NABUCO, M. R.(orgs.). Reestruturação do espaço urbano o regional no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPUR.

SENNETT,R. (2003) **Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, V.A.C. (2001) . **O papel do público e do privado na distribuição de amenidades ambientais. Um estudo de caso sobre a arborização pública em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais-Campos dos Goytacazes, RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense.

SYLVESTER,C.(1999) **The Classical Idea of Leisure: cultural Ideal or Class Prejudice?** In:Leisure Sciences:,vol.21,n01.

SOJBERG,G. **Origem e Evolução das Cidades**. In: Cidades, a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro: Zahar,1972.

TAYLOR, F. D. **Central Park as a Model for social control: Urban parks, social Class and Leisure Behavior in Nineteenth-century America**. In: journal of leisure research:1999,vol31-n.04.pp-420-477.

TOJERAS, P(2000).**Tempo Livre: Contribuições para o Estudo do lazer.** Disponível na internet. *http://www.efdeportes.com/efd14b/tlivre1.htm* Site consultado em 26/09/01.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-SECRETARIA GERAL DE PLANEJAMENTO.(2002) **Estudo socio-econômico 1997-2001: Campos dos Goytacazes**. Outubro de 2002

VAINER, C. **Os liberais também fazem planejamento urbano?**. In ARANTES, Otilia B., MARICATO, Erminia e VAINER,Carlos.O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos, Petrópolis: Vozes, Coleção Zero à Esquerda,2000.

VILLAÇA, F.(2000) **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp/Lincoln Institute/Nobel.

WEBER, M. (1987) **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ª ed. São Paulo: Pioneira.

WERNECK,C.L.G. e ISAYAMA, H. F. **Lazer, Cultura, indústria Cultural e Consumo**. In: WERNECK, C.L.G. Lazer e Mercado. Campinas, São Paulo: Papirus,2001.

ANEXO 01

PESQUISA SOBRE LAZER URBANO PÚBLICO
LABORATÓRIO DO ESTUDO DO ESPAÇO ANTRÓPICO
CENTRO DE CIENCIAS DO HOMEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
CAMPOS DOS GOYTACAZES

Nº questionário :	Data:
Local da entrevista:	
Entrevistado:	Idade:
	Sexo: 1( ) M 2 ( ) F
Endereço:	

1. Qual o grau de parentesco com o chefe da família?
1( ) o (a) próprio (a) 2 ( ) esposo (a) 3 ( ) filho 4( ) pai 5 ( ) mãe 6 ( ) outros_____

2. Número de pessoas residem na sua residência? _____

3. Trabalha? 1 ( ) sim 0 ( ) Não
3 a . Qual a sua profissão? _____
3b. Quantas horas trabalha por semana? _____
3c. renda média mensal da família?
0 ( ) até 1 salário mínimo
1 ( ) de 1 a 3 salários mínimos
2 ( ) de 3 a 5 salários mínimos
3 ( ) de 5 a 7 salários mínimos
4 () de 7 a 10 salários mínimos
5 ( ) acima de 10 salários mínimos

4. O (a) Sr. (a) costuma freqüentar este local de maneira:
3 ( ) Muito Freqüente 2 (.) Freqüente 1( ) Pouco Freqüente 0 ( ) Muito Pouco Freqüente

5. Há quanto tempo o (a) Sr.(a) freqüenta este local?_____

6. Por que o(a) Sr. (a) freqüenta este local?
_____
_____
_____

7. Em que bairro o (a) (a) Sr.(a) mora?_____

8. O Sr.(a) vem a este local de que forma?
1 ( ) a pé 2 ( ) de bicicleta 3 ( ) de ônibus 4( ) de automóvel/moto 5 ( ) Outros_____

9. Quanto às vias de acesso a este local, o (a) Sr.(a) está:
4 ( ) muito satisfeito 3 ( ) satisfeito 2 ( ) pouco satisfeito 1 ( ) insatisfeito

9a . Por que?

10. Qual é o seu grau de instrução?
1 ( ) sem instrução
2 ( ) 1°. grau incompleto
3 ( ) 1°. grau completo
4 ( ) 2°. grau incompleto
5 ( ) 2°. grau completo
6 ( ) 3°. grau incompleto
7 ( ) 3°. grau completo
8()Outros_____

11. Na sua opinião, o que vem a ser Lazer?

12. Quais destas palavras o Sr.(a) associa ao Lazer?
1. ( ) Saúde
2. ( ) Bem-estar
3. ( ) Fuga
4. ( ) Ócio
5. ( ) Diversão
6. ( ) Criatividade
7. ( ) Preguiça
8. ( ) Controle
9. ( ) Prazer
10. ( ) Descanso
11. ( ) outras_____

13. Que atividades que considera Lazer o (a) Sr.(a) pratica?

14. Quantas horas semanais o (a) Sr.(a) dedica à atividades que considera ser Lazer?
1 ( ) menos de 2h 2.( ) entre 2h e 6h 3 ( ) entre 6h e 10h 4. ( ) mais de 10h

15. Quais espaços existentes em seu bairro são utilizadas para práticas de Lazer por parte dos moradores?:

15 a . Em relação à qualidade e quantidade de espaços de Lazer existentes em seu bairro o (a) Sr.(a) está:
1( ) muito satisfeito 2( ) satisfeito 3( ) pouco satisfeito 4( ) insatisfeito

15b. Quais espaços de Lazer o (a) Sr.(a) gostaria de ter em seu bairro?

16. Quantos reais o (a) Sr.(a) estaria disposto (a) a gastar mensalmente em atividades de Lazer:
1 ( ) 0
2 ( ) 1
3 ( ) 10
4 ( ) 25
5 ( ) 50
6 ( ) 100
7()outros_____

17. Quantos reais o(a) Sr (a) pensa que a Prefeitura deveria gastar mensalmente por cada habitante da cidade de Campos?1 ( ) 0
2 ( ) 1
3 ( ) 10
4 ( ) 25
5 ( ) 50
6 ( ) 100
7 ( ) _____

18. Quanto da utilização do dinheiro público em atividades de Lazer, o Sr.(a)?
4( ) muito satisfeito 3( ) satisfeito 2( ) pouco satisfeito 1( ) insatisfeito

19. Qual tipo de atividade de Lazer o (a) Sr.(a) acha que a Prefeitura deveria oferecer?

20. Cite 4 benefícios que o (a) Sr.(a) associa à prática do Lazer?

21. Quantas horas semanais o (a) Sr.(a) se dedica aos trabalhos domésticos (cuidado com a casa e pessoal)? _____

22. O Sr.(a) costuma freqüentar outros locais para realizar atividades que associa ao Lazer?

0 ( ) não 1.( ) sim

22.a Quais?

23. Em relação à oferta de Lazer, por parte da Prefeitura, o (a) Sr.(a) se considera
4( ) muito satisfeito
3( ) satisfeito
2( ) pouco satisfeito
1( ) insatisfeito

24 a . Por que?

_____
_____
_____

24 O (a) Sr (a) acredita que a Prefeitura oferece atividades de Lazer de forma eqüitativa a todos os moradores da cidade, independente de condição econômica e bairro de residência?

1. ( ) Sim 0. ( ) Não

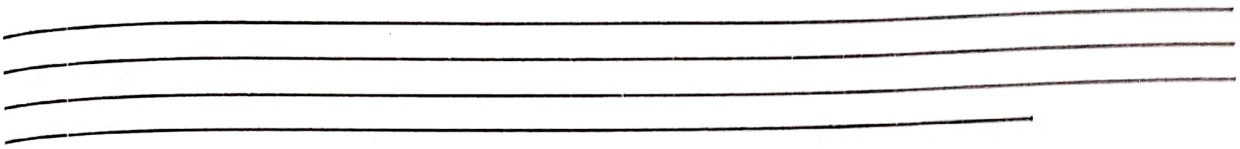
24a. Por que?

_____
_____
_____
_____
_____

25 Caso pudesse influenciar no oferecimento de atividades de Lazer pela Prefeitura, quais seriam as 5 principais sugestões que apresentaria?

_____
_____
_____

26 Utilize o espaço abaixo para fazer qualquer comentário sobre a questão do Lazer em Campos.



Anexo 02

Relação de locais com potencial de lazer no município de Campos

- **Rio Paraíba do Sul**: atravessa todo o Estado do Rio, de sul a norte, e, nas Regiões Norte e Noroeste, tem afluentes que comandam toda a drenagem da área. Os principais da margem esquerda são o Muriaé (que banha Laje do Muriaé, Itaperuna, Italva e Cardoso Moreira) e o Pomba (que serve Santo Antônio de Pádua, Aperibé e Cambuci). Os principais da margem direita são os Dois Rios (São Fidélis), o Rio do Colégio (também São Fidélis) e o Rio Preto (Campos). Curvilíneo no trecho do município, cria uma belíssima paisagem com suas 48 pequenas ilhas arborizadas com espécies como a lombrigueira e o ingá, além de vegetação rasteira. Não há praias ou cachoeiras, e antigamente era possível a navegação por barcos a vapor, mas, atualmente, é navegável somente para barcos de pequeno calado. O Rio Muriaé tem águas barrentas com temperatura fria, mas seus recursos hídricos, contudo, são da maior importância para o abastecimento d.água da cidade de Campos e para o desenvolvimento das plantações as suas margens.

- **Parque Estadual do Desengano**: com uma área de 22.400 hectares, constitui o último trecho da mata Atlântica no norte do Estado, situado em terras dos municípios de Campos, Santa Maria Madalena e São Fidélis. O parque é o local de maior concentração de avifauna da Serra do Mar em território fluminense. Sua fauna terrestre também é rica e ali se encontra o mono-carvoeiro, maior primata das Américas.
- **Região da Bela Joana**: situada no Vale do Rio Preto, distrito de Morangaba a sudoeste do município, apresenta características rurais devido à predominância da agricultura e da pecuária. A região abriga

trechos remanescentes da Mata Atlântica, com belas cachoeiras, montanhas, riachos e um verde exuberante.

- **Rio Bela Joana**: afluente do Rio Preto, possui águas cristalinas e quedas que formam grandes blocos rochosos, com diversas piscinas naturais.
- **Pico Peito de Moça**: tem 700 metros de altitude, e guarda semelhança com o Pão-de-Açúcar.
- **Cachoeira Pedra Rasa:** é uma das mais belas cachoeiras da região, além de ser uma das maiores, com uma queda de 80m de altura.
- **Tombo D.Água**: em Morangaba, caracteriza-se pelas imensas formações rochosas, por onde jorram as águas de uma altura de 80m, formando 3 saltos. No local há uma piscina natural com aproximadamente 50m de comprimento, de fundo arenoso. Ao redor a vegetação segue intocada, onde se destacam bromélias, samambaias, orquídeas de diversas espécies e árvores de grande porte, como cedro, ipê, jequitibá, jatobá, pau pereira, canela e coqueiro indaiá.
- **Cachoeira do Rio Mocotó**: próximo de São Fidélis, onde águas jorram brancas de espumas por estreita fenda e se precipitam de uma altura de mais de 40m em uma piscina natural. Suas águas claras, transparentes, de temperatura amena no verão e fria no inverno, são propícias para banhos.
- **Pico São Mateus**: em Morangaba, com 1.576m de altitude, é o ponto mais elevado do município. Do pico tem-se ampla vista de todo município e a paisagem natural da Mata Atlântica.
- **Lagoa de Cima**: entre Ibitioca e Morangaba, foi chamada por D. Pedro II de Lagoa dos Sonhos, nome pelo qual também é conhecida. As águas da lagoa têm boas condições para banhos, pesca de vara e navegação de pequenos barcos.
- **Morro do Itaóca**: em Ibitioca, uma das 7 elevações que fazem parte do Maciço de Itaóca, é o ponto culminante, com 414m de altitude. Do seu pico, avista-se a Lagoa de Cima e parte da cidade de Campos.

- Pantanal da Costa Doce: nome dado à Lagoa Feia, a maior do Estado, com área total de 130km2 e profundidade média de 2 metros, faz divisa entre Quissamã e Campos. Desde Campos, o acesso se dá pela Ponta Grossa dos Fidalgos, próxima a Tocos. Em toda a orla, junto às suas margens, a vegetação aquática é formada por iguapés, taboas, paperis, oraltas de burro, damas-do-lago etc.
- Pedra Lisa e Pedra do Baú: em Morro do Coco, ao norte do município. A primeira tem altura aproximada de 726m, enquanto a Pedra do Baú, localizada ao lado, possui menor altitude, porém maior dimensão. Do acesso, tem-se ampla vista de toda a planície e de localidades do município, dentre as quais, Santa Maria, Santo Eduardo, Santa Bárbara e Vila Nova.
- Praia do Farol de São Tomé: com extensão de 40km, tem casuarinas plantadas em sua orla que mudam de coloração conforme os ventos. Nela está localizada Área de Preservação Ambiental do Lagamar.
- Na cidade de Campos, há o Horto Municipal e o Jardim São Benedito.

Atrações culturais de Campos

- **Igreja Matriz de São Salvador**: a primeira igreja de Campos foi mandada construir em 1652, no local onde hoje está localizada a Igreja de São Francisco. Foi transferida para o local onde hoje se encontra em 1678. Em 1722, foi substituída por outra mais ampla. Em 1929, foi elevada à categoria de Catedral, quando então foi demolido o templo para dar lugar à atual matriz, em estilo neoclássico, inaugurada em 1935 por ocasião do centenário do cidade. Foi elevada a Basílica Menor em 1965 pelo Papa Paulo VI.
- **Igreja Matriz de Nossa Senhora do Terço**: construída entre os anos de 1813 e 1850, é uma das mais antigas igrejas da cidade.
- **Igreja de São Sebastião**: construção da segunda metade do século XIX, o templo impõe-se ao conjunto arquitetônico existente.

- **Igreja de Nossa Senhora da Lapa/Asilo da Lapa**: construção de 1748, com um anexo onde outrora funcionou o quartel do Destacamento de Milicianos, destinado a seminário já no século XIX, servindo também de sede ao Liceu de Humanidades.
- **Igreja de Nossa Senhora do Carmo**: erguida em 1752 em estilo barroco do segundo período, foi totalmente remodelada e enriquecida por pinturas a cargo do artista espanhol Ubeda Marín.
- **Capela de Nossa Senhora do Rosário**: edificada na metade do século XVII por fidalgos portugueses no período dos Viscondes de Asseca. De característica barroca, a imagem da padroeira veio de Lisboa em 1650.
- Museu Barbosa Guerra: fundado com o nome de Museu de Imprensa Silva Arcos em 1931, possui em seu acervo objetos pertencentes aos índios goitacases e aos escravos africanos, além de possuir exemplares de revistas e jornais, objetos e mobiliários antigos, videoteca de 500 títulos, biblioteca com mais de seis mil títulos, e um laboratório de fotografia.

- Museu Campos dos Goytacazes: construção do século XVIII, sofreu reformas no século XIX para receber a visita de D. Pedro II, ampliação em 1903, para instalação da prefeitura, e outras tantas adaptações internas para suas várias utilizações durante o século XX.
- Museu Pietro Ubaldi: fundado em 1995, busca retratar a vida deste franciscano e pregador do seu nascimento (1886) à sua morte (1972). Seu acervo se constitui de fotografias, documentos, relíquias, além dos originais de toda sua obra, que é composta de 24 volumes.

- Asilo Nossa Senhora do Carmo: antiga casa do Engenho de Santo Antônio ou casa da Fazenda Grande do Beco, tem sua construção datada do início do século XIX.

- **Casa de Cultura Vila Maria**: construção datada de 1918 no melhor estilo de vilas italianas. Entre os anos de 1979/89, foi sede do Governo Municipal, que a restaurou e manteve até que, no início dos anos 90, com a instalação da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, nela foi instalada a sede da reitoria.

- **Chafariz da Praça das Quatro Jornadas**: de 1902, é feito de louça belga em estilo bolo de noiva.
- **Fórum Nilo Peçanha**: teve suas obras concluídas em 1935, como parte dos festejos do centenário da cidade de Campos. Seu estilo é greco-romano, inspirado no Partenon de Atenas.
- **Hotel Amazonas**: construído na metade do século XIX para residência do Barão de Pirapitinga, foi alugado em 1910 para ali instalar-se um hotel. A construção sofreu sucessivas reformas e adaptações a cada troca de donos, sem contudo ter pedido seu ar imponente, confirmado pelo beiral com telhas de louças e ferragens brasonadas.
- **Hotel Gaspar**: construção de 1830, para residência urbana do Comendador Paraíba, próspero fazendeiro campista. Depois foi vendido e se transformou no Grande Hotel Gaspar, ponto de encontro de reuniões abolicionistas e republicanas, assim como palco de festas, principalmente no período em que lá se hospedavam franceses e ingleses contratados para serviços de melhoramentos na cidade.
- **Liceu de Humanidade de Campos**: edificado entre 1861 e 1864 para residência rural do Barão da Lagoa Dourada, com sua morte, em 1884, foi ali instalado o liceu. Destaca-se na construção o Salão Nobre, no segundo andar, com seu lustre de cristal, paredes em afresco e móveis de época.
- **Lira de Apolo**: inaugurado em 1912, servia para as apresentações da banda Lira de Apolo e seus ensaios.
- **Sede do Corpo de Bombeiros**: construída em 1840 pelo Barão de Muriaé para sua residência urbana, foi adquirida pelo Estado em 1897

para ali instalar a Companhia de Ferro Campista. Desde 1976, abriga o 5º Grupamento de Incêndio.

- **Teatro Municipal** Trianon: obra iniciada em 1991 e concluída em 1998, consta de um complexo cultural com vários espaços, tendo, somente o teatro, 920 lugares. Do conjunto fazem parte um salão para exposições, espaço para montagens de arena. O Teatro Municipal substitui o antigo Cine Teatro Trianon, demolido em 1975.
- **Solar da Baronesa**: construção da 1ª metade do século XIX para servir de residência rural da família do Barão de Muriaé.
- **Solar dos Airizes**: construído em fins do século XIX em estilo colonial, harmonioso e equilibrado.

Atrações culturais de outros distritos

- **Igreja de Santo Amaro**: em Santo Amaro de Campos, construção de 1790, sofreu sucessivas reformas, responsáveis por sua descaracterização.
- **Mosteiro de São Bento**: em Mussurepe, construção iniciada em 1636, concluída somente em fins do século XVIII. Em 1965, um incêndio destruiu parte da igreja, junto com seu mobiliário. O conjunto é formado pelo convento, capela e cemitério.
- **Solar e Capela da Fazenda do Colégio**: em Tocos, foi construído pelos jesuítas em fins do século XVI, com a finalidade de ser um colégio.
- **Farol de São Tomé**: situado em área militar, foi inaugurado em 1882. Sua estrutura de 47m de altura em ferro fundido não leva solda.